

# 22

Página

FGV EAESP  
CENTRO DE ESTUDOS  
EM SUSTENTABILIDADE

NÚMERO 100 | FEV/MAR 2016



**Entrevista**  
Por que o  
racismo é um  
crime perfeito

**Brasil**  
Narrativas encobrem  
nossa difícil convivência  
com o diverso

**Comportamento**  
Quando a intolerância  
nasce no ser humano?

## DIVERSIDADE

A sociedade em rede descentraliza  
o poder e fortalece as minorias políticas



# AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS ESTÃO AÍ. JÁ PENSOU NO QUE VOCÊ TEM A VER COM ISSO?

A responsabilidade é de todos nós. Por isso, aliamos a sustentabilidade aos nossos negócios e temos orgulho de termos sido convidados para os eventos promovidos pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, na COP 21.

Quer fazer sua parte também?

Busque por  

# CO<sub>2</sub>MPENSO

Central de Atendimento Santander: 4004-3535  
(regiões metropolitanas) ou 0800-702-3535 (demais localidades).  
SAC: 0800-762-7777 | Ouvidoria: 0800-726-0322.



Santander

## Aqui todos cabem

No Brasil e no mundo tem ocorrido uma série de reações conservadoras contra os imigrantes, os refugiados de guerra, o Movimento Negro, o de mulheres, de indígenas, de gays, entre diversos outros grupos de minoria política. Mas o fato de que a intolerância virou uma das palavras correntes para descrever o estado do mundo pode indicar uma boa notícia: a de que esses movimentos estão crescendo e se empoderando, o que faz com que o *status quo* se sinta ameaçado.

Ocorre que a revolução digital que vivemos trouxe elementos decisivos para o desenrolar dessa história. A organização social tem cada vez mais assumido formatos de rede, o que propicia a descentralização do poder e a ocupação de espaço pelas brechas. O mundo que já foi binário, polarizado, torna-se multifacetado, sacudindo o eixo de dominação historicamente ocupado pelo homem branco ocidental.

Nesta edição em que PÁGINA22 publica o seu número 100, voltamos ao tema da diversidade para enfatizar o que já escrevemos em edições anteriores. “Onde tem vida, tem diversidade”, nos disse uma vez o educador Reinaldo Bulgarelli (leia na edição 32). Esse é o entendimento da revista na sua cobertura jornalística da sustentabilidade: a que cruza múltiplos olhares através das variadas dimensões – a econômica, a política, a cultural e a ambiental, profundamente entrelaçadas.



Nesse imenso caldo em que tudo se mistura e se enriquece, cabe uma nova utopia. A vida, ameaçada em todas essas dimensões, mas cheia de oportunidades de transformação, é o objeto de trabalho que mobiliza as pessoas envolvidas neste projeto jornalístico, desde o número 1.

Boa leitura!

# 22

**Página**

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS  
DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
DIRETOR Luiz Artur Brito

**FGV EAESP**  
CENTRO DE ESTUDOS  
EM SUSTENTABILIDADE

COORDENADOR Mario Monzoni  
VICE-COORDENADOR Paulo Durval Branco  
COORDENADOR ACADÊMICO Renato J. Orsato

JORNALISTAS FUNDADORAS Amália Safatle e Flavia Pardini  
EDITORA Amália Safatle  
EDIÇÃO DE ARTE Marco Antonio  
www.mioeditorial.com.br  
EDITOR DE FOTOGRAFIA Bruno Bernardi  
REVISOR/PESQUISADOR DE TEXTO  
José Genulino Moura Ribeiro  
GESTORA DE PRODUÇÃO Bel Brunharo  
ILUSTRAÇÕES Flavio Castellan (seções)

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO  
Bruno Toledo, Diego Viana, Eduardo Rombauer,  
Fabio F. Storino, Fábio Rodrigues, Fernanda Macedo,  
Gabriel Cabral e Hudson Rodrigues (SelvaSP),  
Magali Cabral (textos e edição),  
Moreno Cruz Osório, Regina Scharf,  
Ricardo Barretto, Sérgio Adeodato  
ENSAIO FOTOGRÁFICO Chico Max  
JORNALISTA RESPONSÁVEL  
Amália Safatle (MTb 22.790)

**ANUNCIE**  
COMERCIAL E PUBLICIDADE  
Nominal Representações e Publicidade  
Mauro Machado  
mauro@nominalrp.com.br  
(11) 3063.5677

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO  
Avenida Nove de Julho, 2029 - 01313-902 - São Paulo - SP  
(11) 3799-3212 / leitor@pagina22.com.br  
www.fgv.br/ces/pagina22

CONSELHO EDITORIAL  
Ana Carla Fonseca Reis, Aron Belinky,  
José Eli da Veiga, Leeward Wang,  
Mario Monzoni, Pedro Telles,  
Roberto S. Waack, Rodolfo Guttilla

IMPRESSÃO HRosa Serviços Gráficos e Editora  
TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 5.800 exemplares  
Os artigos e textos de caráter opinativo assinados por  
colaboradores expressam a visão de seus autores, não  
representando, necessariamente, o ponto de vista de  
PÁGINA22 e do GVces.

MISTO  
Papel produzido a partir  
de fontes responsáveis  
FSC® C044006

A REVISTA PÁGINA22 FOI IMPRESSA EM PAPEL CERTIFICADO, PROVENIENTE DE  
REFLORESTAMENTOS CERTIFICADOS PELO FSC, DE ACORDO COM RIGOROSOS  
PADRÕES SOCIAIS, AMBIENTAIS, ECONÔMICOS, E DE OUTRAS FONTES CONTROLADAS.

**creative commons** PÁGINA22, NAS VERSÕES IMPRESSA E DIGITAL,  
ADERIU A LICENÇA CREATIVE COMMONS. ASSIM,  
É LIVRE A REPRODUÇÃO DO CONTEÚDO - EXCETO  
IMAGENS - DESDE QUE SEJAM CITADOS COMO FONTES A PUBLICAÇÃO E O AUTOR.



Use o QR Code para acessar PÁGINA22 gratuitamente e ler esta e outras edições

## Caixa de entrada

COMENTÁRIOS DE LEITORES RECEBIDOS POR E-MAIL, REDES SOCIAIS E NO SITE DE PÁGINA22

### [PARA NUNCA ESQUECER MARIANA – BLOG DA REDAÇÃO]

Imagens "exuberantes" da natureza em Mariana. Daria um belo cenário para o filme *Senhor dos Anéis*, naqueles lugares onde viveriam felizes orcs e trolls. *Ju Weber*

### [COMIDA EMBALADA EM COMIDA – ED. 99]

Não conhecia, genial!  
*Cristina Portella*

### [P22\_ON]

Demasiadamente importantes os esclarecimentos e as discussões desses temas, parabéns.  
*Bonfim Ferreira*

### [TERRA PERDEU UM TERÇO DAS ÁREAS CULTIVÁVEIS EM 40 ANOS – BLOG DA REDAÇÃO]

Um sistema que subsiste sob a ideia e a prática de um crescimento contínuo se utilizando de recursos finitos é um sistema criminoso.  
*Gilberto Miranda Junior*

A Terra não perdeu, ela foi roubada!  
*Celso Ignacio Streit*

### [PÁGINA22 É TRICAMPEÃ DO PRÊMIO CHICO MENDES DE JORNALISMO SOCIOAMBIENTAL]

Parabéns a toda a equipe da PÁGINA22 por esse prêmio. É mais que merecido, pois o trabalho que realizam é excepcional.  
*A. Matioli – Maps and Metrics*

Escrevemos para dizer que votamos na PÁGINA22 e para dar nossos parabéns pelo prêmio SUPER merecido! Vida longa a esse trabalho tão sério, profundo e necessário para a sociedade.

*Solange Barreira e Fabiana Pereira – P&B Comunicação*



GABRIEL CABRAL / SELVASP

CAPA

## Múltiplas faces

Como as estruturas descentralizadas de relacionamento e informação têm colaborado para empoderar as minorias

- 10 Economia Verde** Oportunidades na economia florestal mobilizam investidores, ONGs e academia no rastro dos compromissos climáticos – é o que mostra a primeira de uma série de reportagens em parceria com o MapBiomias
- 14 Entrevista** A filósofa Djamilia Ribeiro explica por que o racismo no Brasil é um crime perfeito: "É evidente, promove desigualdade e as pessoas ainda estão negando que ele exista"
- 34 Origens** A intolerância nasce em nós quando deixamos de enxergar na diversidade social o potencial de gerar conflitos produtivos e de construir novos mundos
- 42 Brasil** Embora desgastadas pelo tempo, as narrativas sobre um Brasil manso e acolhedor com as diferenças sobrevivem e são invocadas para maquiagem a secular dificuldade em conviver com o diverso

FOTO DA CAPA: HUDSON RODRIGUES / SELVASP

## SEÇÕES

6 Notas | 9 Web | 13 Antena | 26 Retrato | 39 Artigo | 40 Farol | 41 Coluna | 49 Brasil Adentro | 50 Última

ÁGUA I

## Onde a chuva faz a curva

Com um *smartphone* da mão e os pés na estrada, o guia de viagens Diego Gazola produziu o videodocumentário *Nascentes da Crise*, agora no ar com legendas em inglês: [youtu.be/L3dSeqkLEZY](http://youtu.be/L3dSeqkLEZY). O vídeo de 15 minutos gravou a expedição do viajante entre Rio Branco, no Acre, e Cuzco, no Peru, realizada em outubro de 2015, e acompanhada dia a dia pelo público, por meio das redes sociais.

Teve como objetivo mostrar *in loco* quão importante é a conservação da Amazônia para garantir a regularidade das chuvas nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul. A iniciativa foi especialmente motivada pela grave crise hídrica dos anos 2014 e 2015 nessas regiões, e contou com o apoio do governo do Acre, Inkaterra Hotels, Aceer, EME Amazônia, Campus Brasil,

e Peruvian Sacred & Adventure. Gazola foi até onde, literalmente, a chuva faz a curva: A umidade que sobe da Floresta Amazônica bate no paredão de 6 mil metros da Cordilheira, que então desvia esse fluxo de vapor para as regiões centrais, do Sudeste e do Sul brasileiro.

O vídeo é inspirado no relatório *O Futuro Climático da Amazônia* ([goo.gl/CPXuZT](http://goo.gl/CPXuZT)), do pesquisador Antonio Donato Nobre, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Nobre explica que, não fosse tal fenômeno, essas regiões seriam desérticas. A feliz combinação da floresta com os Andes determinou o que ele chama de “Quadrilátero da Sorte”, formado ao norte por Cuiabá, ao sul por Buenos Aires, ao leste por São Paulo e ao oeste pelos Andes. Uma fortuna dessas não se joga pelo ralo. – **Amália Safatle**



ÁGUA II

## Segue o seco?

O fenômeno climático El Niño, fator de peso para as chuvas volumosas que têm caído neste verão nas regiões Sudeste e Sul do País, deve perder força a partir de abril, dizem climatologistas. Por isso, o Consórcio PCJ, associação civil composta por entes públicos e privados do interior de São Paulo e Sul de Minas Gerais, recomenda não baixar a guarda no que se refere ao enfrentamento da crise hídrica.

“As fortes chuvas podem causar a falsa impressão de que a crise foi contornada. Rios cheios, causando inundações, passam a sensação para a comunidade de que vivemos momentos de fartura de água, o que não é realidade”, diz o PCJ, em comunicado à imprensa. O consórcio explica que apenas 20% do volume das precipitações acaba chegando ao lençol freático. Por isso, ainda é necessária muita chuva para recuperar o rebaixamento do lençol e a recarga dos aquíferos, bastante prejudicados pela forte estiagem dos últimos anos.

A entidade qualifica como prematuro o aumento das vazões de retirada do Sistema Cantareira, em São Paulo, em razão das incertezas climatológicas para 2016. “Não está descartada a repetição de severa seca como a dos últimos dois anos.” Com o atraso em obras como a do Sistema São Lourenço, o consórcio propõe medidas alternativas, entre elas a construção de bacias de retenção em estradas vicinais e o aproveitamento da água represada nos piscinões da Região Metropolitana de São Paulo. Segundo o Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo (Daee), o volume total de água reservada pelos 28 piscinões da RMSP seria de 5 bilhões de litros se esses reservatórios estivessem desassoreados. Tal volume poderia abastecer por um mês, de forma ininterrupta, uma população de pouco mais de 1 milhão de habitantes. (AS)

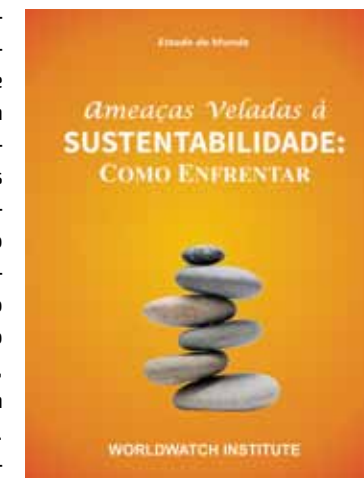
PINGUE-PONGUE

## Crescimento e demografia em xeque

Gary Gardner, Tom Prughe e Michael Renner, diretores do projeto *O Estado do Mundo 2015*, do Worldwatch Institute, criticam a busca incessante do crescimento pelos países ricos. Veja íntegra do estudo em [goo.gl/LiFQVq](http://goo.gl/LiFQVq)

**O estudo usa a expressão “ameaças veladas à sustentabilidade”. Que ameaças são essas? As informações sobre a crise ambiental já não são bem conhecidas?**

A consciência a respeito das muitas ameaças ambientais de fato aumentou nos últimos anos, e as pesquisas comprovam a vontade das pessoas ao redor do mundo para enfrentá-las. Mas frequentemente falta senso de urgência que responda à gravidade das ameaças. Além disso, muitas questões de sustentabilidade subjacentes são premissas – sobre a viabilidade do crescimento econômico infinito e o papel da energia barata, por exemplo – que ainda não foram examinadas. Confrontar esses pressupostos de forma aberta e direta é essencial para criar um caminho rumo a um futuro sustentável.



**Que mensagens este estudo de 2015 traz como substancialmente novas em relação aos anos anteriores?**

Destacamos três. A primeira, de que os danos ambientais têm um impacto econômico muito subestimado. A noção de *stranded assets* – ativos que poderão nunca ser aproveitados por motivos ambientais – estão levando os principais analistas financeiros a reavaliar carteiras de investimento em todo o mundo. Um exemplo são as reservas de petróleo, que podem nunca ser bombeadas por causa de questões climáticas. A escassez de água na China está levando ao abandono de lavouras e hidrelétricas. Como as condições ambientais vão se deteriorar em muitas regiões e de forma global, carteiras de investimento vão

sofrer. A segunda refere-se à preocupação de que mais de 60% das 400 doenças infecciosas em seres humanos que surgiram nos últimos 70 anos foram de origem animal. Essa transmissão é cada vez mais provável com o crescimento do comércio internacional e as viagens, a pecuária intensiva, e a ocupação humana de áreas selvagens. E a terceira é de que o crescimento econômico, por muito tempo um objetivo político de governos nacionais, pode já não ser aconselhável, pelo menos nos países ricos, em que grandes economias continuam a ultrapassar os limites ambientais. Há anos que ativistas pedem o não-crescimento, mas agora pesquisadores

acadêmicos no Canadá demonstraram que esse objetivo pode ser gerido de uma forma que reduza o emprego, aumente a equidade, freie as emissões de carbono e outros danos ambientais. Os países pobres ainda precisam crescer para gerar prosperidade e oportunidade para o seu povo, mas os ricos devem encontrar maneiras de manter um elevado nível de bem-estar para a população, em vez de uma produção cada vez maior de bens por pessoa.

**O estudo cita Naomi Klein para frisar que o grande nó está no sistema econômico dominante – o capitalismo e a busca do crescimento, ainda que “verde”. Que revisões ou reformas estruturantes são necessárias neste sistema, e até que ponto são viáveis?**

Em primeiro lugar, é preciso redescobrir o papel essencial da formulação de políticas de interesse público. Para isso é

preciso afastar-se da ideia de que as forças do mercado vão resolver os problemas sociais e ambientais. Isso exige que as empresas privadas não cresçam tanto a ponto de ficar mais poderosas do que órgãos dirigentes democraticamente eleitos. Em segundo, precisamos transformar as normas pelas quais as empresas privadas são regidas – passando do interesse restrito ao acionista para o amplo interesse dos *stakeholders*, que incluem os trabalhadores, as comunidades impactadas pelas empresas e o ambiente natural. Temos visto o surgimento das “B-corp”, mas ainda são raras. Outras alternativas são as empresas controladas pelos trabalhadores e as cooperativas. Mas isso requer apoio dos governos e do público para ser bem-sucedido.

**O estudo coloca a civilização humana como vítima de seu sucesso. Os avanços tecnológicos permitiram expandir a população e a pressão sobre recursos naturais. Para reduzir essa pegada, basta recorrer novamente à tecnologia, ou uma diminuição demográfica se faz necessária?**

O número de pessoas que a Terra pode suportar depende muito da maneira como as pessoas querem viver. Nações ricas, auxiliadas por tecnologia e energia abundante, conseguiram um estilo de vida material outrora inimaginável, mas, depois de um certo nível, o aumento de felicidade não seguiu o mesmo ritmo do aumento da riqueza. Usada com sabedoria, a tecnologia pode ajudar a aliviar a crescente pressão sobre a biosfera, mas provavelmente não será capaz de criar uma civilização sustentável até que o número de seres humanos decline. O objetivo deve ser o de atingir um menor número de pessoas ao longo do tempo buscando a equidade na distribuição da riqueza, melhor educação e oportunidades econômicas para as mulheres, e outras políticas de “aterriçamento suave”. – **Amália Safatle**

PLANETA PLÁSTICO

# Bye bye, Holoceno

Você pode até não enxergar, mas restos de garrafas pet, sacos de supermercados, isopor, CDs, filtro de cigarro e outros tipos de plástico estão presentes em todo e qualquer canto do planeta, incluindo os locais mais recônditos do fundo do mar. Pesquisa publicada pela revista científica *Anthropocene* mostrou que

boa parte dessa poluição está se espalhando em formato de grãos microscópicos altamente nocivos. Desde a Segunda Guerra Mundial, a humanidade já produziu plástico suficiente para revestir toda a Terra.

Para o autor do estudo, Jan Zalasiewicz, no Reino Unido, as distâncias percorridas

pelos plásticos são surpreendentes. O estudo conclui que essas moléculas representam o marco de uma nova era geológica. Zalasiewicz é presidente de um grupo de geólogos que avaliam se as atividades humanas – contando os isótopos radioativos liberados por bombas atômicas – estão alterando a geologia do planeta. A confirmação dessa tese poderá pôr fim ao período do Holoceno, que teve início há cerca de 12 mil anos, e marcar o início do Antropoceno. Veja mais em [bit.ly/20lrD4W](http://bit.ly/20lrD4W). – Magali Cabral

## Olha isso!

FABIO F. STORINO  
Doutor em Administração  
Pública e Governo

### Os outros

Na noite de 4 de abril de 1968, em sua pequena cidade natal no interior de Iowa, a professora Jane Elliott assistia estupefata à notícia do assassinato de Martin Luther King. Na manhã seguinte, a primeira criança a entrar na sala de aula disparou: “Senhora Elliott, por que mataram aquele tal de King?” Quando os demais alunos chegaram – todos brancos, como os demais moradores da cidade –, começaria um experimento impressionante e polêmico que a professora preparara na véspera.

Tendo já discutido preconceito racial em sala de aula, Elliott sentia que precisava de outra estratégia para internalizar o que era sofrer discriminação. De certa forma, o experimento “olhos azuis, olhos castanhos” oferecia um exercício de empatia.

“As pessoas de olhos azuis são melhores do que as de olhos castanhos”, começou, e listou algumas das características (supostamente) inerentemente superiores. Concedeu algumas pequenas regalias às crianças de olhos azuis, como tempo extra de recreio e o uso exclusivo do bebedouro. Fez com que as crianças de olhos castanhos tivessem que usar um colar de pano em volta do pescoço, para que pudessem ser identificadas de longe. E qualquer pequena



MICHAEL GILL / FLICKR CREATIVE COMMONS

falha cometida por crianças de olhos castanhos – demora para localizar a página de um livro, uma resposta errada etc. – era atribuída a essa sua característica fenotípica.

Em pouco tempo, as próprias crianças passaram a discriminar seus pares com base na cor dos olhos. O desempenho em sala de aula das crianças de olhos castanhos caiu perceptivelmente. Houve briga durante o recreio quando um garoto foi chamado de “olhos castanhos”, agora visto como quase um xingamento. Enfim, a classe se dividiu (assista ao documentário “Uma classe dividida” em [goo.gl/2UyC5J](http://goo.gl/2UyC5J)).

Já escrevi nesta coluna sobre nosso viés de grupo (“Torcedores de camisas”, edição 75, [goo.gl/eWgCVh](http://goo.gl/eWgCVh)), citando um experimento no qual um torcedor

ferido recebia mais ajuda de torcedores do mesmo time do que de torcedores do time rival. A psicologia social trabalha com pelo menos duas grandes explicações para essa tendência: a competição por recursos escassos (crises econômicas exacerbam sentimentos xenofóbicos) e a busca pelo aumento da autoestima (valorização de características/conquistas de um grupo melhora nossa autoestima enquanto membros dele).

O escritor Alex Castro cunhou o termo “outrofobia” para abarcar diversos tipos de preconceito, rejeição, medo ou aversão ao outro, como machismo, racismo, homofobia, elitismo, transfobia, classismo, gordofobia, capacitismo, intolerância religiosa etc.

Mas, além das diferenças com base na cultura, orientação sexual, religião ou preferência político-partidária, nosso viés de grupo pode se manifestar até mesmo para grupos formados de maneira completamente arbitrária, como a classificação de pessoas a partir de um “cara ou coroa” ou da cor dos olhos, como mostrou o experimento de Elliott.

Quicá uma defesa para o viés de grupo seja reforçarmos aquilo que nos une, como nossa humanidade e nossa morada em comum, mais do que o que nos separa.



GENMA STILES / FLICKR

PRATA DA CASA

## Sinais dos oceanos sobre o clima

Existe hoje uma diversidade de cientistas e estudos buscando identificar, traduzir e espalhar os sinais que vêm dos oceanos sobre a mudança climática, que vão muito além do aumento do nível do mar.

Em 2015, ganharam notoriedade as elevadas temperaturas registradas no Pacífico Norte, que motivaram alerta da National Oceanic and Atmospheric Administration dos Estados Unidos e já interferiram nos estoques pesqueiros da região. Do ARC Centre of Excellence for Coral Reef Studies da Universidade de Queensland, Austrália, veio o alerta de que a migração de espécies para outras regiões impõe nova competição a espécies já existentes ali. E de que a menor diferenciação de comunidades biológicas de uma mesma região pode causar o declínio de espécies.

Já a Universidade de Southern California constatou a disrupção no ritmo reprodutivo

da bactéria *trichodesmium*, que é fundamental para a vida marinha, pois converte nitrogênio da atmosfera em uma forma de nitrogênio que pode ser absorvida pela cadeia alimentar.

Nem tudo é má notícia, bom dizer. Recente pesquisa publicada na revista *Science* indicou um “novo fôlego” para a absorção de carbono no oceano antártico, um dos principais sumidouros de gases de efeito estufa da Terra.

Outra descoberta que traz uma certa esperança em relação ao sequestro de carbono veio de uma pesquisa feita com bactérias *Thiomicrospira crunogena*, encontradas nas profundezas do mar. Cientistas da UF College of Medicine descobriram que ela produz anidrase carbônica, uma enzima que ajuda a remover dióxido de carbono de organismos. A ideia é estudar a aplicação dessas bactérias em processos industriais para reduzir a emissão de dióxido de carbono.

Conheça melhor estes e outros sinais dos oceanos na íntegra do post em: [pagina22.com.br/blogs](http://pagina22.com.br/blogs).

### MUNDO AFORA

#### Oprimidos com voz

No passado, chamar atenção pelas mídias comuns não era lá muito fácil. Jourdon Anderson, um ex-escravo nos EUA, escreveu em 1865 uma carta a seu ex-amo cobrando dele US\$ 11.680 por 52 anos de trabalho não remunerado. Não viu um centavo, mas seu manifesto ficou para a posteridade em *Letters of Note*: [bit.ly/p22wlnja](http://bit.ly/p22wlnja).

Um século e meio depois, os oprimidos ainda são muitos. Porém, suas vozes ressoam buscando construir uma nova história, como mostra a *Wired* em especiais sobre o movimento



BANKSY

negro como *Black Lives Matter* ([bit.ly/p22wblm](http://bit.ly/p22wblm)) e os refugiados que usam smartphones: [bit.ly/p22wref](http://bit.ly/p22wref). E há ainda os que se solidarizam e provocam a sociedade, como Banksy, que grafitou um Steve Jobs refugiado e agora a imagem corre as redes sociais: [bit.ly/p22wsjib](http://bit.ly/p22wsjib).

### VALE O CLICK

#### RIR DO CLIMA

Dê um tempo do discurso duro sobre mudança climática, cheio de dados científicos cabeludos! Jeitos mais leves de tratar o assunto são os sketches de Climate Adam ([bit.ly/p22wcad](http://bit.ly/p22wcad)) e a pegadinha de Mother Nature Network ([bit.ly/p22wmnn](http://bit.ly/p22wmnn)).

#### IMPRESSÃO 3D LIMPA

O desenvolvimento tecnológico das impressoras 3D está só começando. É a oportunidade para desenvolver materiais de base e sistemas que gerem menor impacto ambiental. O convite do Co.Exist é aprender com seres na natureza que são impressoras 3D ambulantes: [bit.ly/p22w3dn](http://bit.ly/p22w3dn).

#### “NÃO SIGA O VENTO”

Essa é uma intervenção de arte na zona de exclusão do desastre nuclear de Fukushima idealizada pelo duo Chim/Pom. A exposição, com participação de diversos artistas, só poderá ser vista quando a área for liberada para circulação, num futuro incerto. Até lá, resta assistir ao documentário do CreatorsProject em [bit.ly/p22wdfw](http://bit.ly/p22wdfw).



DIVULGAÇÃO

## A urgência de recobrir o Brasil

Oportunidades na economia florestal mobilizam investidores, ONGs e academia no rastro dos compromissos climáticos

POR SÉRGIO ADEODATO

Esta é a primeira de uma série de reportagens sobre restauração florestal, em parceria da PÁGINA22 com o projeto MapBiomias

**R**eza o dito popular, atribuído originalmente ao poeta cubano José Martí, que o ser humano somente se realiza por completo após ter um filho, escrever um livro e plantar uma árvore. Das três partes dessa missiva, a última, à primeira vista, parece a mais simples. Mas não no caso do cultivo de mudas para recompor ambientes de floresta natural e recuperar áreas degradadas, atividade que se tem mostrado bem mais complexa e cara do que normalmente se imagina.

E agora mobiliza grande esforço por parte de cientistas, ambientalistas e economistas – no País e em várias partes do mundo – para o desenvolvimento de um modelo apto a torná-la viável na escala compatível com a urgência do combate à mudança climática e da conservação de recursos vitais, como a água.

O caminho exige fazer contas e gerar receita mediante o uso sustentável, conforme mostra esta primeira reportagem da série sobre restauração florestal.

No Brasil, os primeiros números da difícil matemática, divulgados em janeiro como resultado de um estudo inédito conduzido pelo Instituto Escolhas, retratam o volumoso custo da empreitada: até 2030 será necessário um investimento total de aproximadamente R\$ 52 bilhões (R\$ 3,7 bilhões ao ano) para tornar factível o plano de restaurar 12 milhões de hectares, conforme o compromisso brasileiro de mitigar a emissão de gases de efeito estufa, anunciado em dezembro na conferência da ONU sobre clima, em Paris.

O cálculo considera o plantio de 50% da área durante 21 anos com espécies exóticas, como o eucalipto, que deverão ser substituídas por árvores nativas após 25 a 30 anos. Nessas condições, o modelo prevê taxa de retorno financeiro de 4%, mediante exploração de madeira, e disso resultaria a criação de 215 mil empregos. Além da arrecadação de R\$ 6,5 bilhões em impostos, o empreendimento permitiria a construção de toda uma cadeia produtiva (coleta de sementes, viveiros de mudas,

laboratórios, maquinário, serviços de manutenção) capaz de paralelamente resolver o passivo ambiental do agronegócio.

“Estamos na largada da corrida e precisamos de atletas para isso”, adverte Roberto Kishinami, um dos coordenadores do estudo, ao reforçar a importância do investimento em qualificação técnico-profissional neste momento preparatório. De acordo com o pesquisador, o Brasil cultiva atualmente 350 mil hectares de floresta por ano, o que corresponde a pouco mais de um terço do necessário para o País cumprir a atual meta, e, dessa área, menos de 1% com árvores nativas.

O quadro requer rapidez para romper a defasagem: “O próximo passo, em 2016, será refinar os dados e mapear os métodos de plantio de floresta ambiental, social e economicamente mais vantajosos, em regiões prioritárias na Amazônia e Mata Atlântica, biomas abrangidos pelo estudo”. A modelagem incluirá outras fontes de receita, como o aproveitamento de produtos não madeireiros e a remuneração por serviços ecossistêmicos dentro do conceito de **ecologia da paisagem**.

O fator **mudança no uso da terra** tem sido apontado como a bola da vez no debate climático global, o que poderá significar aumento do fluxo de recursos para soluções, entre as quais está a restauração florestal. “O engajamento do setor financeiro na reunião de Paris foi notório e o Brasil tem tudo para se destacar com investimentos em estoques de árvores que fixam carbono”, ressalta Roberto S. Waack, membro da Coalizão Clima, Florestas e Agricultura, iniciativa que encomendou a modelagem econômica da restauração ao Instituto Escolhas e pretende acessar recursos de fundos internacionais para o tema.

O capital privado, segundo Waack, tem sido ator relevante no jogo, o que reforça a importância de tornar o plantio de florestas economicamente mais atrativo. Com a redução das incertezas científicas e o aumento das regulações globais e nacionais, a lógica inverteu-se: “Hoje, não investir

No mundo, a iniciativa The Bonn Challenge estabeleceu o objetivo de recuperar 150 milhões de hectares até 2020. Os projetos apresentados até o momento cobrem 57% da meta, gerando US\$ 16 bilhões em benefícios econômicos por ano

Método que considera não apenas as reservas legais das propriedades rurais isoladamente, mas os benefícios ambientais, econômicos e sociais obtidos pela conexão delas com outras áreas de mata, em uma perspectiva mais ampla

É a principal fonte de emissões da economia brasileira, no total de 486 milhões de toneladas de carbono, segundo dados do Sistema de Estimativa de Emissão de Gases de Efeito Estufa (Seeg) – 2015

em tecnologias de baixo carbono é que representa risco ao patrimônio”, diz. Criar sistemas de gestão em *landuse* (uso da terra), incorporando novos modelos de silvicultura, é estratégico para a competitividade das empresas.

Uma das iniciativas brasileiras mais recentes é o projeto MapBiomias, que em 2016 começará a divulgar mapas anuais de cobertura do solo em todo o Brasil de forma barata, rápida e atualizada, com possibilidade de comparar dados históricos desde 1985. A principal inovação é o processamento de imagens de satélite tendo como base a plataforma Google Earth Engine. A tecnologia disponibiliza dados em nuvem para fácil acesso a pesquisadores nas diferentes regiões, eliminando barreiras que antes tornavam o trabalho inviável.

“A ideia foi preencher a lacuna de informação sobre a dinâmica do uso da terra no Brasil para melhorar as estimativas de emissões de gases de efeito estufa”, explica Carlos Silva, pesquisador do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) e um dos coordenadores do projeto, promovido pelo Seeg/Observatório do Clima em cooperação com ONGs, universidades e empresas. O mapeamento facilitará a aplicação do **Novo Código Florestal**, além de monitorar áreas protegidas e apontar oportunidades para restauração.

“O País precisa achar os meios para aumentar a cobertura florestal, porque não poderá voltar atrás no compromisso registrado na ONU”, afirma Maurício Voivodic, diretor-executivo do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflo), organização que auxilia pequenos produtores de cacau e eucalipto a recuperar a mata nativa.

Em sua análise, “faltam condições políticas e econômicas ao País para desatar esse nó”. O Plano ABC – Agricultura de Baixo Carbono previu em 2010 a recuperação de 15 milhões de hectares de pastagens degradadas até 2020, parte mediante plantios florestais, mas até agora atingiu-se apenas um quinto da meta, segundo Voivodic.

Avanços mais expressivos são esperados após a aprovação do Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg) – marco legal que definirá como as reservas legais poderão ser exploradas economicamente, hoje no Ministério do Meio Ambiente para ajustes após consulta pública entre janeiro e agosto do ano passado. No horizonte de 20 anos, o plano prevê a recuperação de 390 mil hectares nos primeiros cinco anos e estabelece medidas para sensibilização da sociedade, aumento da quantidade e qualidade de sementes e mudas, fomento

ao mercado de produtos e serviços de restauração florestal, desenvolvimento de mecanismos de incentivo e expansão de assistência técnica.

“O desafio está em mudar a visão dos tomadores de decisão, mostrando que plantar árvores pode gerar mais renda do que as atividades que as destroem”, destaca Rubens Benini, coordenador da agenda de restauração da TNC Brasil. A ONG iniciará estudos econômicos da restauração em 2016, tendo até hoje contribuído para repor 11 mil hectares de vegetação nativa em dez Estados, com um total de 29 milhões de árvores.

Para Benini, uma importante questão a ser resolvida é a estruturação de uma base genética para espécies nativas, repetindo o esforço empreendido para o eucalipto. “Não estamos falando apenas de clima, mas de segurança alimentar, garantia de água e redução da pobreza.” Em razão desses fatores, e também dos benefícios de outros insumos básicos

O passivo ambiental a ser restaurado nas propriedades, após a implementação do Cadastro Ambiental Rural, é estimado em 20 milhões de hectares

### COLCHA DE RETALHOS

Projeto MapBiomias une tecnologia e experiência de campo para retratar a dinâmica da cobertura do solo no País

Imagens de sensoriamento remoto, processadas pela plataforma Google Earth Engine, esquadriham o território brasileiro para o mapeamento anual do uso da terra nos diferentes biomas, indicando oportunidades para a restauração florestal





# O tema da restauração florestal ganhou peso global e deve contar com maior fluxo de recursos

➔ **Lançado em 2015, o BNDES Restauração Ecológica já recebeu 78 projetos para restauração de 20 mil hectares na Mata Atlântica, totalizando R\$ 281 milhões**

➔ **Mecanismo previsto no Código Florestal, no qual um proprietário sem Reserva Legal pode compensar o passivo comprando "cota" de floresta em outra área**

que podem ser obtidos de árvores, como a geração de energia, o tema da restauração florestal compõe a agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecida pelas Nações Unidas no ano passado com metas para 2030.

A questão, antes restrita ao círculo ambientalista e às universidades, chegou aos bancos e tende a ser considerada, por exemplo, na liberação de crédito rural. Márcio Macedo, gerente da área de meio ambiente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), tem a expectativa de significativo aumento da demanda por **→ financiamento** de plantios de floresta: "Após o acordo climático de Paris, o tema ganhou importância global e o fluxo de recursos para a atividade deverá crescer".

Segundo o estudo *New Climate Economy*, há no mundo investimentos de US\$ 50 bilhões por ano em restauração florestal, metade nos países em desenvolvimento – bem abaixo da necessidade global, estimada em US\$ 200 bilhões a US\$ 300 bilhões por ano

O banco está estruturando um fundo ambiental de R\$ 1 bilhão a partir de recursos captados lá fora – "um plano ambicioso, que dependerá de qualificação técnica e bons projetos".

Em plantios florestais de menor escala com espécies nativas, o custo chega a R\$ 14 mil por hectare, mas no caso de áreas regeneradas naturalmente, sem cultivo de mudas, o valor cai para R\$ 3 mil a R\$ 5 mil por hectare. Experimentos de campo têm chegado a modelos mais baratos. "Na Mata Atlântica e na Amazônia, a redução de custo atingiu 50%, em média, com uma combinação de espécies nativas e adubação verde", revela Ricardo Rodrigues, pesquisador da Universidade de São Paulo/Esalq, em Piracicaba (SP). E o retorno financeiro com a exploração de madeira superou as expectativas. "Queremos agora medir o valor dos ganhos com os serviços ecossistêmicos da restauração."

Os negócios podem ser favorecidos pelo surgimento de mecanismos de mercado, como a **→ compra e venda de Cotas de Reserva Ambiental (CRA)**, em desenvolvimento no Instituto BVRio. O presidente executivo, Pedro Moura Costa, é otimista: "A ficha está caindo; é maior o engajamento de produtores rurais e tudo indica que o setor deslanchará quando a situação econômica melhorar".

Outro mecanismo, recém-lançado pela instituição, é a bolsa de comércio de madeira, com plano de movimentar US\$ 200 milhões até dezembro. Como suporte às transações foi criado um aplicativo para que compradores (construtoras, serrarias, fabricantes de móveis, atacadistas e exportadores) possam rastrear a origem do produto ao passar o telefone sobre o código de barras da guia que o acompanha.

O Serviço Florestal Brasileiro estima que menos da metade das toras extraídas na Amazônia tem origem legal e sustentável. Mudar o cenário de competição desleal do produto predatório, que não paga impostos, é uma condição para a chegada de investimentos. Para o suprimento da demanda brasileira, estima-se a necessidade de multiplicar por dez a atual área de produção de madeira rastreada, até 2030. Plantar árvores é uma das soluções. **ZZZ**



### Financiamento para a economia verde

Um desafio crucial na construção de uma economia verde e inclusiva é mobilizar o capital financeiro necessário para iniciativas que facilitem essa transição, algo que depende de fatores econômicos, políticas públicas e inovações tecnológicas. Os recursos existentes no mercado poderiam atender a essa demanda, mas geralmente estão direcionados para setores ou atividades que não favorecem tal tarefa (*leia mais sobre finanças sustentáveis em p22on.com.br*).

Para facilitar esse processo no Brasil, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) uniu-se à Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e ao FGVces na realização de um levantamento amplo que quantifica os recursos destinados à economia verde no País em 2013 e 2014. A publicação *O Sistema Financeiro Nacional e a Economia Verde – Mensurando recursos financeiros alocados na economia verde* aponta os valores destinados pelas principais instituições financeiras para

atividades de baixo carbono. E também quantifica os montantes direcionados para setores potencialmente causadores de impacto ambiental, que necessitam de uma gestão de risco socioambiental.

Segundo o estudo, foram destinados para atividades com potencial de impacto ambiental R\$ 408 bilhões em 2013 e R\$ 365 bilhões em 2014, valores que representam 33,5% e 33,2%, respectivamente, do total de financiamentos a pessoas jurídicas. Já para setores da economia verde, o sistema financeiro alocou R\$ 110 bilhões em 2013 e R\$ 107 bilhões em 2014, cujos percentuais são de 8,8% e 9,6% do total de financiamentos.

O estudo é acompanhado de uma publicação sobre o mercado de Green Bonds (títulos de dívida com atributos socioambientais) no Brasil e de outra sobre Cotas de Reserva Ambiental (CRA), estabelecidas no Novo Código Florestal para incentivar a conservação de ecossistemas (*acesse-as em bit.ly/103rP52*).



### Uso de tributos para reduzir as emissões

Com o intuito de apoiar a incorporação de critérios de sustentabilidade ao sistema tributário brasileiro, o Ministério da Fazenda encomendou ao FGVces dois estudos sobre o potencial dos tributos no incentivo à redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE).

O objeto do primeiro estudo são os incentivos positivos (tributários ou creditícios) e sua relação com sistemas de mensuração, relato e verificação (MRV) de emissões. A pesquisa aborda três setores importantes da economia brasileira: energia, indústria e agropecuária.

Já o segundo aprofunda a análise sobre o papel de indicadores de intensidade relevantes para a implementação de instrumentos econômicos voltados para a redução de emissões, como intensidade carbônica e energética. Os estudos estão disponíveis em [bit.ly/10KPDGF](http://bit.ly/10KPDGF).

### SINTONIZANDO

#### GUIA PARA FORMAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE

Para celebrar os cinco anos da disciplina eletiva **Formação Integrada para a Sustentabilidade (FIS)** na FGV-SP, o FGVces lançou em novembro um guia de fundamentos e práticas para orientar a construção de iniciativas de educação em sustentabilidade em outros espaços, aproveitando a metodologia pioneira da FIS. Confira em [bit.ly/10KQR4H](http://bit.ly/10KQR4H). A partir de uma abordagem transdisciplinar e apoiada em um referencial teórico de inovação, a FIS tem como objetivo a formação de novos gestores, alinhados com os desafios e oportunidades dos temas da responsabilidade social corporativa e da sustentabilidade.

#### EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Um dos projetos setoriais elaborados no âmbito da legislação federal sobre mudança do clima, a Plataforma Empresas pelo Clima (EPC) lançou uma publicação com propostas empresariais de política pública voltadas para estruturar uma agenda nacional que oriente a indústria na transição para o baixo carbono. A publicação apresenta um *framework* para a operacionalização do Plano Indústria de Baixo Carbono e um conjunto de instrumentos e ações para viabilizar ações de eficiência energética na indústria brasileira. O sumário executivo está disponível em [bit.ly/1YxchwJ](http://bit.ly/1YxchwJ).

## O crime perfeito

POR FERNANDA MACEDO E MAGALI CABRAL FOTO BRUNO BERNARDI

**Durante a reunião de pauta desta edição**, alguém sugeriu convidar para a *Entrevista* “aquela colunista da *CartaCapital*”, cujo nome não lembrava. “Dá um Google e coloca: colunista, CartaCapital, filósofa.” Assim foi feito. Mas o Google em resposta logo perguntou: “Você quis dizer filósofo?” – substantivo masculino.

Não, Google. Trata-se de uma mulher, mestre em filosofia política, militante do movimento negro e colunista do site da *CartaCapital* – **Djamila Ribeiro**. Até mesmo uma simples busca na internet prova como é raro encontrar representantes de parcelas da população como negros e mulheres em posição de destaque na sociedade.

Esse desequilíbrio tem suas raízes na diferença de oportunidades entre grupos privilegiados e aqueles que são historicamente marginalizados. “Eu não acredito na meritocracia”, afirma a filósofa ao ressaltar a importância de ações afirmativas como uma forma de compensação nesse sistema desigual, que cria a ilusão do mérito.

No Brasil, o preconceito e a discriminação são comportamentos quase nunca confessados. “Aqui, o racismo é o crime perfeito, ou seja, é evidente, promove desigualdade e as pessoas ainda estão negando que ele exista”, constata ela, nesta entrevista sobre como o Brasil lida com a sua diversidade.







# A filósofa Judith Butler fala que há vidas, como a dos negros, que são construídas para não importar

**Por que, até hoje, não conseguimos promover uma maior igualdade para parcelas da população, como negros e mulheres, que são tão representativos numericamente e, no entanto, têm uma baixa representatividade como formadores de opinião e tomadores de decisão?**

Acho que tem a ver com a maneira como o Brasil foi formado. O mito da democracia racial escamoteou durante muito tempo o racismo no Brasil. As pessoas acreditavam que não havia racismo aqui. Até hoje, isso se reflete na falta de maturidade ao debater esse assunto. As pessoas ainda não entenderam que o racismo é um sistema de opressão. Além de mais de 300 anos de escravidão, o Brasil foi o último país do mundo a abolir a escravatura. No período de pós-abolição não foram criados mecanismos de inclusão. No processo de industrialização, incentivou-se a vinda de imigrantes europeus para cá. Foi essa trajetória que levou a população negra a uma situação muito grande de pobreza e vulnerabilidade social.

Ao mesmo tempo, desenvolveram-se mitos como o de que não existe racismo no Brasil, que isso só acontece na África do Sul ou nos Estados Unidos. Na verdade, o racismo é um elemento estruturante, ou seja, ele estrutura todas as relações sociais no Brasil. Mas a gente não encara esse assunto da maneira como deveria. Até hoje, se vemos algum caso de racismo, por exemplo, com um artista, as pessoas acham que é um caso isolado, acham que o racismo se resume somente às ofensas e não percebem que o racismo é um sistema opressor que nega direitos a um determinado grupo conferindo privilégios a outro.

**O que falta para haver esse diálogo mais maduro?**

Falta ouvir mais os movimentos sociais, pois a gente [os militantes] tem pautado isso [o racismo como elemento estruturante do país] há muito tempo. Isso vale até mesmo para a esquerda. Eu sou de esquerda, mas sou muito crítica ao debater a questão racial e de gênero nesse âmbito. Durante muito tempo, a esquerda dizia que tudo era uma questão de classe e só se guiava por isso. Só depois de resolver a questão de classe é que seriam sanadas outras questões. Dizia-se ao movimento feminista e de raça que eles dividiam a luta. Só que, no Brasil,

não tem como falar de classe sem falar de raça e de gênero, porque raça indica classe, e o racismo impede a mobilidade social da população negra, criando uma grande massa de negros pobres. O racismo também cria uma hierarquia de gêneros, colocando a mulher negra em uma situação muito maior de vulnerabilidade social.

Se a gente parar para pensar nos grandes partidos, inclusive os de esquerda, quem são os seus dirigentes? Homens, brancos, de classe média. Onde estão as mulheres? Ou os homens negros e as mulheres negras? A gente não tem um protagonismo para pautar nossas questões, ficamos sempre com o intermediário do homem branco de posses.

**Como a senhora vê a situação do Brasil daqui para a frente? Acredita que vamos melhorar, teremos uma sociedade mais equilibrada em termos de diversidade?**

Tivemos alguns avanços importantes nos últimos governos. Acataram uma reivindicação histórica do Movimento Negro, as cotas nas universidades. A lei de 2012 [Lei nº 12.711/12] para todas as universidades federais foi uma vitória. Mas algumas, como a UERJ [Universidade do Estado do Rio de Janeiro], já haviam adotado as cotas desde 2001 e a UnB [Universidade de Brasília] desde 2004. Isso aumentou significativamente o número da população negra dentro dos espaços acadêmicos. Teve também o sistema de cotas para os serviços públicos federais, o Estatuto da Igualdade Racial... Mas, ao mesmo tempo que esses avanços acontecem, a juventude negra ainda é massacrada, e a mulher negra é a que mais morre... Não conseguimos resolver ou diminuir essa violência em outros lados.

Sou confiante de que não temos mais como retroceder, mas ainda há muito caminho pela frente. Os avanços ainda contam muito pouco perto de tudo aquilo que o país deve à população negra. As pessoas não veem isso como uma dívida, não percebem, por exemplo, que as ações afirmativas não são um benefício para a população negra; na verdade, é uma reparação a todos esses anos de desigualdade.

Até nas escolas há uma grande dificuldade de debater o tema... Tem uma lei [Lei nº 10.639/2003] que determina o ensino de África e da história afro-brasileira nas escolas. A efetividade dessa lei é um problema, porque não há professores preparados. As prefeituras e os estados não dão cursos para

esses professores, não há uma cobrança se o tema está sendo ensinado ou não. A educação é um excelente modo de a gente mudar a mentalidade e a escola deveria ser um espaço importante de mudança, mas acaba sendo um espaço de reprodução de violência.

Em São Paulo, a Secretaria [Municipal de Promoção] da Igualdade Racial está fazendo curso para os professores em relação a essa lei. Se a gente discutir racismo e sexismo dentro da sala de aula de maneira efetiva, vai produzir pessoas com outro tipo de pensamento.

**Em relação a outros países que também possuem uma sociedade diversa, como a senhora vê a posição do Brasil? Como nos situa nesse cenário mais internacional?**

O racismo é sempre ruim. Os próprios habitantes de um determinado lugar podem dizer, mas acho que, no Brasil, como diz Kabengele Munanga [antropólogo e professor congolês naturalizado brasileiro], o racismo é um "crime perfeito", porque, ao mesmo tempo que temos uma sociedade extremamente racista, as pessoas dizem que não são racistas, ou seja, é uma sociedade de racistas sem racistas. As pessoas não falam sobre isso e, se você diz que alguém teve uma atitude racista, há respostas como "imagina, eu tenho um tataravô que era negro" e [o agressor] fica ofendido e não percebe que todos foram criados para serem racistas, da mesma forma que todo mundo foi criado para ser machista.

Isso mostra que a gente ainda tem uma imaturidade muito grande para debater o tema e saber a diferença, por exemplo, entre racismo e preconceito. Você não pode dizer que alguém sofreu preconceito ou racismo porque a sociedade é racista. Quando a sociedade é racista, os espaços não estão isentos.

**Você acha que essa falta de entendimento sobre o que é racismo tem a ver com a forma para a qual algumas culturas interpretam a questão da liberdade?**

Tem tudo a ver. Nos Estados Unidos e na África do Sul com o *apartheid*, que era lei – o racismo era constitucional, as pessoas sabiam que existia. Tinha escola para negro, escola para branco, e o negro sabia que não podia ir a determinados espaços. No Brasil, não houve uma lei, mas o racismo é institu-

cional. Até mesmo uma parte da população negra brasileira acreditou que não havia racismo. Mas o *apartheid* existe aqui, basta ir ao Morumbi e ao Capão Redondo. Basta ir às escolas públicas e ao Colégio Objetivo. Por não estar previsto na Constituição, durante muito tempo as pessoas acreditaram que não existia racismo no Brasil. Outro elemento que contribui para essa falta de entendimento é a miscigenação. Mas as pessoas esquecem que houve uma política oficial de branqueamento da população do Brasil, trazendo imigrantes europeus para cá para miscigenar e acabar com a população negra, porque se acreditava que ela representava o atraso.

**Como a senhora vê a questão da origem do preconceito? Principalmente nessas ações do cotidiano, de onde vem essa intolerância ao que é diferente? Pode-se dizer que é algo que nasce com a gente? Ou seria uma construção social?**

É uma construção social. A gente já nasce numa sociedade que tem uma hierarquia de humanidade em que, se você é negro, vai ser tratado de um jeito, se é branco, vai ser tratado de outro. A sociedade já estabelece essas construções para nós e vamos assimilando isso, internalizando e aceitando como verdade. Ninguém nasce odiando ninguém, a gente aprende a odiar. A [filósofa americana] Judith Butler [uma das principais teóricas do feminismo contemporâneo] fala que há vidas que foram construídas para não importar. A vida negra foi construída para não importar, tanto que o assassinato de cinco jovens negros no Rio de Janeiro com 111 tiros, o que é um absurdo, uma atitude terrorista, não causa tanta comoção quanto uma pessoa branca esfaqueada num bairro nobre, porque a vida negra não importa tanto quanto a branca.

**Quais são os ganhos que uma sociedade mais diversa pode proporcionar para as empresas, para a política?**

Eu vejo muitos ganhos. Primeiro, na questão do respeito. A gente se respeitaria muito mais, porque iria desnaturalizar coisas que aprendemos sobre o outro. Além disso, as opressões negam a possibilidade do surgimento de vários talentos. Imagina quantos talentos o machismo impediu de agente ter no futebol, ou uma chefe de empresa, ou uma engenheira nuclear... Da mesma forma, o racismo. Por



## Os homens precisam se desconstruir, porque

conta de um sistema de opressão, acaba-se negando oportunidades que poderiam contribuir de formas diversas e criativas para o progresso do País.

Ganharíamos também no combate à violência, porque, se a gente tivesse um país com oportunidades mais iguais, muitas pessoas não escolheriam certos caminhos. Muitas escolhem porque são excluídas e por falta de opção.

**Como podemos combater a discriminação em suas várias esferas? Seja no sistema educacional, da escola à universidade, seja dentro das empresas, no momento da contratação e na escala de carreira, no cenário político e também nas ações do dia a dia?**

Políticas públicas afirmativas são essenciais para diminuir essa desigualdade de forma emergencial. É para isso que servem – elas são temporárias e emergenciais para que não seja preciso esperar mais 100 anos para incluir determinados grupos. Um exemplo é a questão das cotas, que são importantes não apenas na educação, mas também no trabalho. Hoje, há apenas a Lei de Cotas no serviço público federal. Mas deveria ter também em outras instâncias, inclusive sobre as próprias empresas.

Nos Estados Unidos, onde as ações afirmativas vigoram há muitos anos, as empresas são obrigadas a contratar. Mas, se uma empresa americana abre uma filial no Brasil, ela não segue a lógica dos Estados Unidos. Então, se a gente não obrigar, infelizmente as pessoas não vão contratar apenas pela consciência. No entanto, ao mesmo tempo que tem de haver essas políticas públicas, precisamos lutar por algo mais a longo prazo, que é a educação. Isso vai levar mais tempo, é um trabalho de transformação, de mudança de mentalidade.

Quando críticos às cotas dizem que elas não funcionam, que tem de melhorar o ensino básico, é preciso lembrar que o movimento negro sempre reivindicou as cotas juntamente com a melhoria do ensino básico. As duas coisas têm de andar juntas.

De qualquer forma, eu acho que tem de haver também políticas públicas direcionadas [a grupos específicos]. Por exemplo, na questão da mulher, a última pesquisa de feminicídio mostra que aumentou em 54% o número de assassinatos de negras e diminuiu em 10% o de brancas (mais em quadro à pág. 47). Isso mostra que as políticas públicas para mulheres não estão atingindo as negras. Políticas

criadas de forma geral, se atingem apenas mulheres com um certo privilégio, outras acabam ficando de fora. É preciso pensar nesses grupos discriminados com base na realidade deles.

**Uma das principais resistências das empresas em adotar ações afirmativas, como as cotas, é que esse modelo poderia entrar em conflito com um sistema de meritocracia. O que você acha desse conflito?**

Eu não acredito na meritocracia. Que mérito tem uma pessoa que a vida inteira estudou numa escola particular, que come bem, tem lazer, faz curso de idioma, em passar na USP? Nenhum, ela teve oportunidade na vida! Eu acho que a questão é de oportunidades, não é de méritos. Como um menino que teve todas essas oportunidades na vida vai concorrer com um menino pobre, de periferia, que estudou numa escola pública, que não come bem? É desleal.

Eu sempre digo que as ações afirmativas não dizem respeito à capacidade, mas às oportunidades. São as oportunidades que não são as mesmas. E é justamente esse sistema desigual que cria a ilusão do mérito, de que alguém teve o mérito de estar lá, quando, na verdade, ela teve todas as condições necessárias para estar naquela posição. Claro que existem pessoas geniais, mas a maioria são pessoas que tiveram oportunidade.

**Que legitimidade as pessoas que não pertencem a grupos que são discriminados têm ao falar contra ou a favor da diversidade? Por exemplo, um homem que critica o feminismo.**

Falar contra não me surpreende, afinal nem todo mundo quer abrir mão dos seus privilégios ou quer ter consciência sobre eles. Mas, falar a favor, eu acho importante. Se você vê um homem falando sobre feminismo, muitas vezes ele é criticado, mas é importante que os homens toquem nessa questão, é importante desconstruir a masculinidade hegemônica, o sistema. Quem pertence ao grupo privilegiado, tem de ter em mente que mulheres e mulheres negras são historicamente excluídas de posições de protagonismo e destaque. É importante que você abra espaço para esses grupos falarem, mas isso não quer dizer que você não tenha que falar e agir. Por exemplo, se você é professor e aborda esse tema numa sala de aula, ou entre amigos, pra

## a masculinidade está diretamente ligada à violência

explicar o que é machismo, assédio... Os homens também precisam se desconstruir, porque a masculinidade hegemônica está diretamente ligada à violência e à agressividade e nos diz respeito, porque nós [mulheres] é que estamos sendo agredidas.

**Como foi a trajetória do racismo até ele ser entendido no Brasil como um crime?**

A partir do momento em que se cria a Lei Afonso Arinos [nº 1.390, de 1951], que proíbe a discriminação racial, se reconhece que o país é racista. Isso é o mais importante.

Mas só a lei não resolve. Como fica a sua efetividade? Dificilmente se condena alguém por racismo, que é um crime inafiançável. Os casos são geralmente caracterizados como injúria racial. Se a lei fosse efetiva, a grande mídia e as empresas seriam processadas por racismo, pois a gente [negros] quase não se vê nos espaços, ou quando se vê é de uma forma estereotipada (conheça a diferença entre racismo e injúria racial em [goo.gl/m1BGQG](http://goo.gl/m1BGQG)).

É importante trabalhar a questão da punição, mas mais importante ainda é frisar a importância da educação, da transformação de mentalidade. Então, a lei é um ganho, mas um ganho que tem limites.

**A senhora acha que o problema da efetividade das leis que buscam combater o racismo – como a Lei Afonso Arinos ou a Lei de Educação Afro – ocorre por falta de vontade política?**

Sim, falta vontade política, mas também acho que esses mecanismos são realmente limitantes. A justiça, da forma como é feita, tem limites claros e demarcados. Acaba sendo utilizada a favor de determinados grupos. Mas dentro dessa estrutura que já existe a gente tem de cobrar para ser menos desigual.

Se você analisar as faculdades de pedagogia, são poucas as que têm aulas de relações raciais e de gênero e, quando essas disciplinas estão presentes na grade curricular, são eletivas. Tem um conceito que as feministas negras usam que é o “epistemicídio” – o assassinato de epistemes [conjuntos discursivos] que não é a episteme hegemônica, que é imposta. Muitas vezes somos obrigadas a segui-la, porque não conseguimos espaço para estudar os temas que a gente acha importante, já que existe essa falsa visão de neutralidade da ciência, mas nada é neutro ou isento de ideologia. Então, quem

quiser estudar esses temas é visto como militante ou ideológico, como se a academia também não seguisse uma ideologia, inclusive a de nos manter afastadas desses espaços.

**A explicitação do racismo e do ódio pode resultar em algo positivo? Evidenciar que existe o racismo pode ser bom, pois enfrentar o que não se vê é mais difícil?**

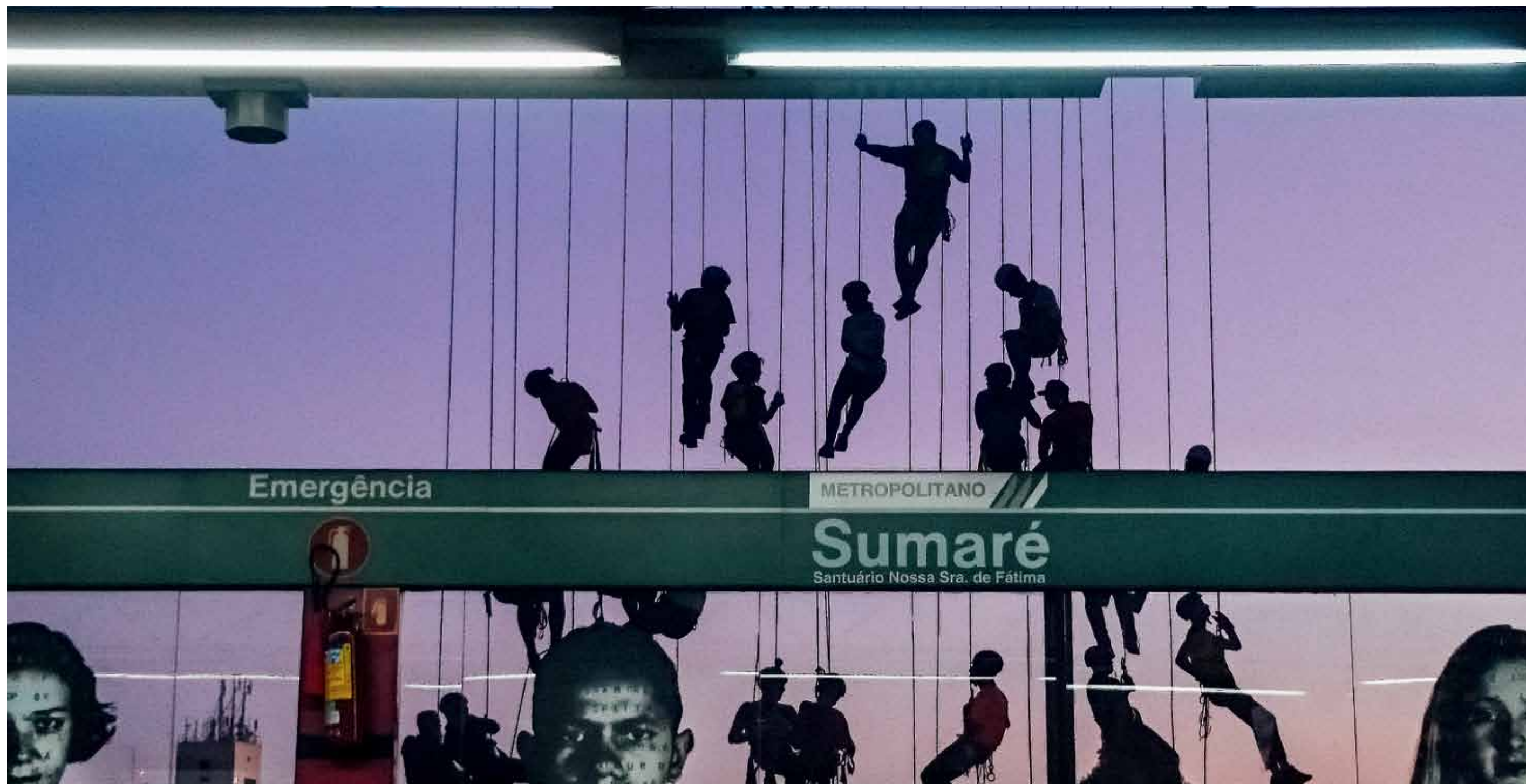
O primeiro passo é parar de negar a existência [do racismo], pois para mim, como negra, o racismo nunca foi camuflado. Para mim, sempre foi declarado, desde o momento em que eu entrei para a escola. Ou pela forma como as pessoas te olham quando você chega em um local... É importante quando quem não é o objeto daquilo começa a tomar consciência, porque ele também se vê como parte do problema. E, se você não faz nada para mudar, é porque concorda com esse tipo de coisa. Assumir responsabilidade pela mudança também é importante.

**Nos Estados Unidos e na África do Sul, onde o racismo era institucionalizado, as lutas eram mais objetivas...**

Não tinha o que negar. Estava muito claro e evidente e é por isso que aqui o racismo é o crime perfeito. Ele é evidente, promove desigualdade e as pessoas ainda estão negando. Mas é só ligar a tevê: os negros estão sempre em papéis estereotipados, bem específicos, nunca é uma pessoa comum. É a gostosa do samba, é a empregada, ou seja, ou é o lugar da subalternidade ou o lugar da exotização.

Na História do Brasil, a gente aprende que os negros eram escravos e pronto. Não contam que antes disso eles viviam na África, que existiam diversas etnias, não contam as várias revoltas que ocorreram durante a escravidão, que os negros que resistiram à escravidão, os vários quilombos, as grandes figuras, como André Rebouças, Machado de Assis, Dandara...

O [filósofo alemão] Walter Benjamin diz que a História é contada pelo ponto de vista dos vencedores e, por isso, é importante que nós, que fomos vencidos, lutemos contra isso, se não eles continuam a vencer sempre. Então, quando me perguntam o que eu penso para o futuro, eu digo que antes de pensar o futuro eu acho que é importante recontar a História, porque é a partir dela que vamos olhar para o futuro de outra forma. [www.razz.com.br](http://www.razz.com.br)



# Redes, substantivo plural

POR DIEGO VIANA

FOTO GABRIEL CABRAL / SELVASP

Como as estruturas descentralizadas de informação e relacionamento têm colaborado para desenhar um mundo mais multifacetado e empoderar as minorias

# TV e rádio são tecnologias de produção de maiorias. Já a internet produz minorias

Em muitos campos, o mundo não é mais o que costumava ser. Os hábitos de comportamento, os padrões de beleza, a vida sexual, a composição demográfica, o equilíbrio geopolítico dos poderes. Naqueles lugares em que um centro dominante mantinha uma posição confortável, relegando outros grupos à subordinação, um quadro muito mais diverso se desenha, quando minorias reivindicam, com sucesso crescente, seu espaço e direitos iguais.

“Vejo que as pessoas demonstram sua insatisfação com mais ênfase, contra um modelo de mundo, de sociedade, de conhecimento que não reconhece e não aceita a diversidade”, afirma a filósofa Gislene Aparecida dos Santos, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP) e do centro de estudos Diversitas, da mesma universidade.

De acordo com a pesquisadora, o principal vetor para a expansão e a visibilidade das reivindicações é a facilidade de interação e comunicação que a internet oferece, particularmente nas redes sociais.

“Ao longo da História, manifestações reivindicatórias aconteciam em espaços onde a informação não circulava muito amplamente. Hoje, as informações correm. Tudo que acontece em algum lugar é percebido quase imediatamente em outras partes”, afirma. “A comunicação em rede facilita a articulação política dos movimentos sociais, dos intelectuais, e dá visibilidade a essas manifestações e ao descontentamento. Com isso, a luta por reconhecimento torna-se mais visível.”

O papel dessas redes se deixa notar na difusão de mensagens curtas e ágeis, como as → **hashtags** e os → **memes**. Nos EUA, assassinatos de jovens negros por policiais brancos – em seguida inocentados pelos tribunais –

suscitaram em 2013 a criação do movimento Black Lives Matter (A vida dos negros [também] conta), cuja primeira atividade foi a difusão da *hashtag* #blacklivesmatter. No Brasil, a violência contra a mulher, tratada de maneira leviana até mesmo por deputados federais, teve como resposta campanhas como “Não Mereço Ser Estuprada” e “Primeiro Assédio”, que se apoiaram fortemente em depoimentos on-line.

“Mesmo antes das redes digitais, a internet já era um ambiente que permitia às minorias se constituírem”, afirma Fabio Malini, coordenador do Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura (Labic) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). “A internet é uma tecnologia de produção de minorias, ao contrário da televisão e da radiodifusão, que são tecnologias que produzem maiorias.”

Isso significa que, quanto mais se multiplicam os grupos nas redes, mais voz conseguem encontrar parcelas da sociedade que, na maior parte do tempo, precisa se calar perante um discurso consolidado de maioria. “Em um país como o Brasil, em que a difusão da voz das minorias sempre foi muito restrita, é natural que a internet impulse a formação desses grupos”, diz o professor.

Malini afirma também que a estrutura horizontal das redes, em que as minorias se constituem, faz aparecer gradações no interior dos grupos. O exemplo que ele cita é o do Movimento Negro, que revela distinções também com relação à mulher negra, ao negro que vive em favelas e periferias, ao negro homossexual, e assim por diante. “Não é só uma identidade estanque”, diz.

O pesquisador relata que, ao participar da comissão julgadora de um prêmio para iniciativas de mídia livre, ficou impressionado com a diversidade de projetos

com baixo orçamento: “Desde grupos de comunicação de atingidos por barragens até rádios indígenas. Isso é muito rico no Brasil”.

Para a filósofa da USP, nem sempre há harmonia entre a diversidade dos movimentos, com suas múltiplas camadas, e a necessidade política de construir identidades capazes de reivindicar e obter vitórias. “As demandas com potencial de se tornar direitos são construídas a partir dessas identidades. Então cada um tem a sua”, explica. “Mas logo percebemos que algumas pautas conseguem ser comuns e caminhar juntas, mas outras, não.” Eventualmente, os pontos de tensão das identidades diversas podem gerar conflitos mesmo entre diferentes grupos vulneráveis.

## EMPODERAMENTO

Gislene dos Santos vê avanços no reconhecimento da diversidade ao longo das décadas. “Obviamente, todas as conquistas em nome de direitos iguais sempre foram precedidas por uma grande luta. Os direitos nunca foram dados gratuitamente”, sublinha.

É o caso dos direitos da mulher e do movimento pelos direitos civis, conduzido nas décadas de 1950, 1960 e 1970, nos Estados Unidos, por líderes como Martin Luther King e Malcolm X. O mais importante, para a professora, são os direitos positivados na lei, que se traduzem em políticas de ação afirmativa, como as cotas universitárias, e órgãos de combate à discriminação.

“Na universidade, vejo jovens negros fazendo movimentações que são muito simples, de caráter estético, como mudar o arranjo do cabelo e a forma da vestimenta. Mas isso mostra que esses jovens de pouco mais de 20 anos se enxergam de maneira muito mais empoderada do que os jovens negros da minha geração”, cita. “Isso é consequência das lutas que os precederam.”

O professor Malini identifica um ganho de empoderamento também em episódios como o do protesto de estudantes secundaristas de São Paulo, que, nos últimos meses de 2015, ocuparam suas escolas e conseguiram resistir à fúria da polícia e a uma atitude inicialmente hostil na mídia e na opinião pública. “Eles dominaram os meios de difusão da narrativa

e, com isso, foram capazes de reverter a anti-patia. Falava-se que eles iam depredar as escolas, mas mostraram que estavam cuidando delas, limpando, fazendo a comida”, lembra.

Mas ainda há muito a ser feito, afirma Gislene dos Santos. “Nas ruas, na sociedade, ainda é enorme a quantidade de discriminação que podemos ver, contra negros, mulheres, homossexuais, travestis. Isso me faz pensar: ‘Nossa! Nós fizemos tanto e ainda há muito o que fazer!’ As conquistas acontecem de modo muito gradual.”

## REAÇÃO E INTOLERÂNCIA

As mudanças, embora paulatinas, também são percebidas por quem se opõe a elas, com consequências muitas vezes nefastas. Em São Paulo, ataques a homossexuais na região da Avenida Paulista são perpetrados por grupos de jovens que, muitas vezes, expressam uma retórica neonazista. A intolerância religiosa também se manifesta em agressões a terreiros de umbanda e candomblé, como em Brasília e Campina Grande (PB) em 2015. No Rio de Janeiro, grupos de traficantes convertidos a versões rigorosas do cristianismo expulsam praticantes de religiões de matriz africana das favelas que dominam.

“Há conquistas e empoderamento, as pessoas têm mais coragem, mais vontade e força para assumir e demandar direitos. Mas também há um recrutamento muito grande de algumas pessoas que se incomodam exatamente com essa visibilidade, quando percebem que essas pessoas que pertencem a grupos vulneráveis estão saindo das caixinhas e se mostrando – estão assumindo suas identidades”, analisa Gislene dos Santos.

Um efeito do recrudescimento de quem se sente incomodado é o crescimento da retórica intransigente em diversos cantos, da homofobia de políticos brasileiros à xenofobia de seus pares europeus. Ao mesmo tempo, em grande medida, os grupos islâmicos que promovem guerra e destruição no Oriente Médio também são conduzidos por uma leitura intolerante e belicosa de sua religião – como se manifesta quando o Estado Islâmico (EI) se refere a Paris, cidade atacada duas vezes em 2015, como “capital da prostituição e da obscenidade”.

As redes digitais empregam sistemas de classificação que tornam mais fácil encontrar o que se procura

Hashtags designam termos curtos que classificam um assunto

Memes são imagens que transmitem uma mensagem breve, com a intenção de espalhá-las rapidamente pela rede, ou viralizar

Conheça em [diversitas.fflch.usp.br](http://diversitas.fflch.usp.br) Conheça o movimento em [blacklivesmatter.com](http://blacklivesmatter.com) Um importante portal do feminismo na internet é o Think Olga: [thinkolga.com](http://thinkolga.com) Saiba mais em [labic.net](http://labic.net)

# Passamos de uma visão binária de gênero e sexualidade a uma constelação de modos de vida

Não surpreende, portanto, que as ferramentas que permitem a difusão de mensagens extremadas, quando não extremistas, sejam as mesmas que dão voz a minorias historicamente oprimidas. “A diversidade que a internet abriu constitui também um campo de disputa que é político”, afirma Malini, lembrando que os integrantes do EI se comunicavam usando o aplicativo Telegram.

“Por isso, muita gente passou a achar que esse aplicativo é demoníaco, mas é um aplicativo que respeita a privacidade dos usuários, no momento em que sabemos o quanto os governos e as corporações estão espionando as pessoas”, argumenta. Com a repercussão negativa, os administradores do aplicativo bloquearam comunicações ligadas ao terrorismo islâmico.

Acrescente-se ainda que, segundo o professor Malini, os ganhos de diversidade acabam provocando a colisão de diferentes direitos, como quando indivíduos e grupos se escudam na liberdade de expressão ou em noções simplistas de isonomia para manifestar um discurso de ódio, racista, misógino e xenófobo. “Alguém que vai a um estádio de futebol e xinga um jogador negro de macaco se sente atacado em seu direito de expressão quando reagem ao racismo”, comenta.

## PRIVILÉGIO INVISÍVEL

A ascensão das minorias trouxe à tona o tema do privilégio, conceito com o qual se designa a vantagem que alguém tem de partida – mesmo sem perceber – só por pertencer aos grupos favorecidos da sociedade. É o caso do privilégio dos brancos (*white privilege*), dos homens, dos heterossexuais. Uma característica perniciosa do privilégio é que, por ser herança histórica e não ser da responsabilidade de quem o detém, acaba sendo invisível, e só quem sofre diretamente com a concorrência desleal se dá conta de sua existência.

Para dar visibilidade aos privilégios, universidades e movimentos sociais dos EUA desenvolveram a “Caminhada do Privilégio” (*Privilege Walk*), a partir das ideias da ativista Peggy McIntosh. Na atividade, os participantes começam lado a lado e, à medida que vão respondendo a perguntas sobre suas experiências de vida e condições sociais, dão passos à frente ou para trás. Ao fim, a distância dos homens brancos, heterossexuais e nascidos em países ricos para os demais fica perfeitamente visível.

Gislene dos Santos relata que, em seus trabalhos na universidade, começou a se interessar pelo conceito de privilégio como modo de abordar questões como o racismo e o machismo. “A questão era saber se, ao tratar o tema pela via do privilégio, que é construído socialmente e sem consciência dos grupos privilegiados, facilitaria os debates, motivaria mais as pessoas a se sensibilizarem”, diz.

Segundo a filósofa, em outros países essa escolha tem trazido bons resultados.

Mas não foi isso que aconteceu no Brasil. “As pessoas não se enxergavam como pessoas privilegiadas. Elas sentem a necessidade de se defender em relação a esse privilégio e não conseguem reconhecer que ele existe”, lembra Santos. “Elas argumentam que trabalharam duro para conseguir o que têm e isso não é privilégio.”

## CORPO POLÍTICO

Enquanto o mundo se transforma, também vão surgindo as ideias que buscam pensar essas transformações. Esforços para conceber um mundo mais diverso se multiplicam, mas também causam reações, como ficou evidente quando a obra da filósofa feminista francesa Simone de

Veja um exemplo em [goo.gl/PkMjwF](http://goo.gl/PkMjwF)

## MULTICULTURAL E PÓS-COLONIAL

Perde força a convicção de que o Ocidente é – e sempre será – o centro do mundo

A internet não é a única força que abala as estruturas do mundo centrado no Ocidente, patriarcal, heteronormativo, branco. Com a ascensão política e econômica dos países asiáticos e outros “em desenvolvimento”, a convicção de que o Ocidente é o centro do mundo – e sempre será – perde força. Mesmo nesses países ditos centrais, transformações demográficas importantes acontecem, com o crescimento das populações descendentes de imigração recente, como os hispânicos nos EUA e os muçulmanos na Europa.

Com as transformações demográficas, os países ricos da Europa, o Canadá e os EUA desenvolveram a ideia de que viriam a se tornar sociedades multiculturais, em que grupos de diferentes origens conviveriam democraticamente. “O multiculturalismo começou a ser criticado tanto pela direita quanto pela esquerda”, comenta a filósofa Gislene dos Santos. “A direita critica argumentando que isso mina o Estado republicano, ao multiplicar as demandas específicas e dificultar o convívio, ao contrário do que se pretendia. Já a esquerda critica porque acha que o multiculturalismo apaga as discussões sobre o racismo como categoria de estratificação social.”

O primado do homem branco ocidental já vinha sendo posto em questão desde o processo de desmontagem dos impérios europeus, sobretudo na obra de autores chamados pós-coloniais, como Frantz Fanon, Edward Said e Stuart Hall. “Há muitas décadas, no Brasil e em vários lugares do mundo, vêm ocorrendo momentos de luta: o movimento dos direitos civis, ou pelo direito das mulheres, e tantos outros. Já estava exposto, em cada um desses momentos, o descontentamento com a exclusão dos grupos vulneráveis”, afirma a filósofa.

Beauvoir apareceu na prova de redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), ano passado. Articulistas conservadores reagiram com irritação, assim como líderes religiosos mais fundamentalistas.


Também no ano passado, a filósofa americana Judith Butler visitou o Brasil e foi acusada de espalhar a “ideologia de gênero” no País, meses depois que o governo recuou de iniciativas que visavam discutir violência de gênero e respeito à tolerância nas escolas.

O alvoroço se deve aos estudos de Butler em Teoria Queer, que põe em questão o modo de identificação dos comportamentos de gênero. Ela critica a ideia de que o modo de agir de cada sexo esteja plenamente fundado na Biologia, ressaltando fatores culturais e históricos.

Ainda nas teorias sobre sexualidade, cabe citar a obra de Paul Beatriz Preciado, filósofa transexual espanhola cujo livro *Manifesto Contrassexual* foi lançado no Brasil em 2015 pela editora N-1. Sua obra, influenciada por Michel Foucault e Jacques Derrida, além de discutir a questão do gênero, inclui reflexões sobre o papel da técnica na sexualidade, das substâncias que intensificam o prazer às próteses de órgãos sexuais, passando por cirur-

gias estéticas e vestuário. Essas expoentes da teoria do gênero e da Teoria Queer mostram o quanto já se transformou o pensamento sobre sexualidade desde 1948, quando o zoólogo americano Alfred Kinsey criou uma escala que buscava medir em seis níveis o grau de atração do indivíduo por pessoas do mesmo sexo ou do sexo oposto. Em 1978, a escala foi aperfeiçoada pelo psiquiatra Fritz Klein, também americano, incorporando mais formas de comportamento e as mudanças de preferência ao longo do tempo.

De Kinsey a Preciado, passou-se em poucas décadas de uma visão binária do gênero e da sexualidade, pela qual os papéis do masculino e do feminino eram claramente delimitados, a uma constelação de modos de vida possíveis.

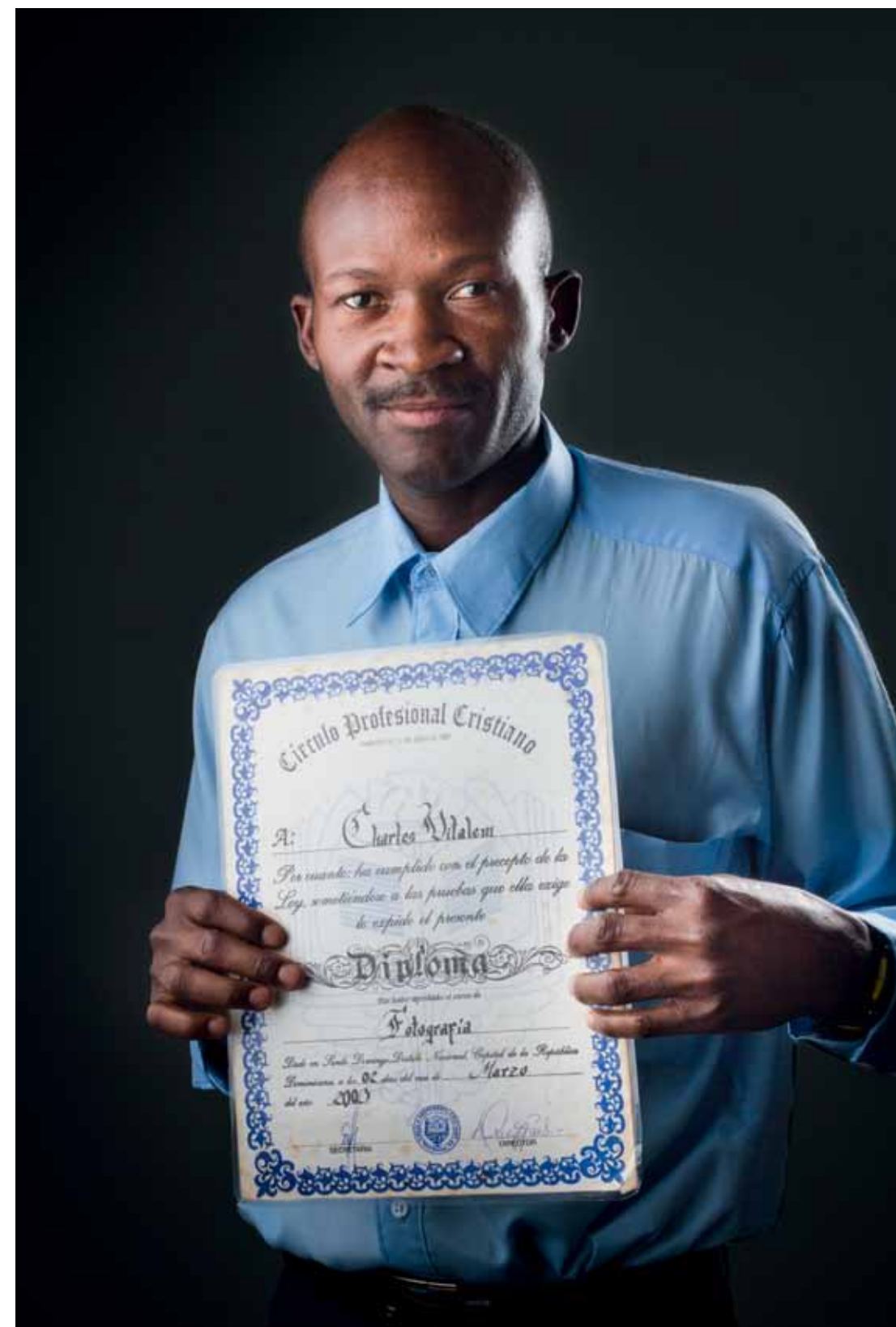
Mas não foi apenas no mundo da teoria que o universo dos gêneros e da sexualidade se tornou mais complexo e variado. Na cultura, os anos 1970 foram sacudidos pela figura camaleônica do cantor David Bowie, falecido recentemente. Hoje, já não há mais o mesmo choque quando um cantor como o jovem paulista Liniker, usando roupas femininas, afirma: “Meu corpo é um corpo político”. 

## Somos todos imigrantes

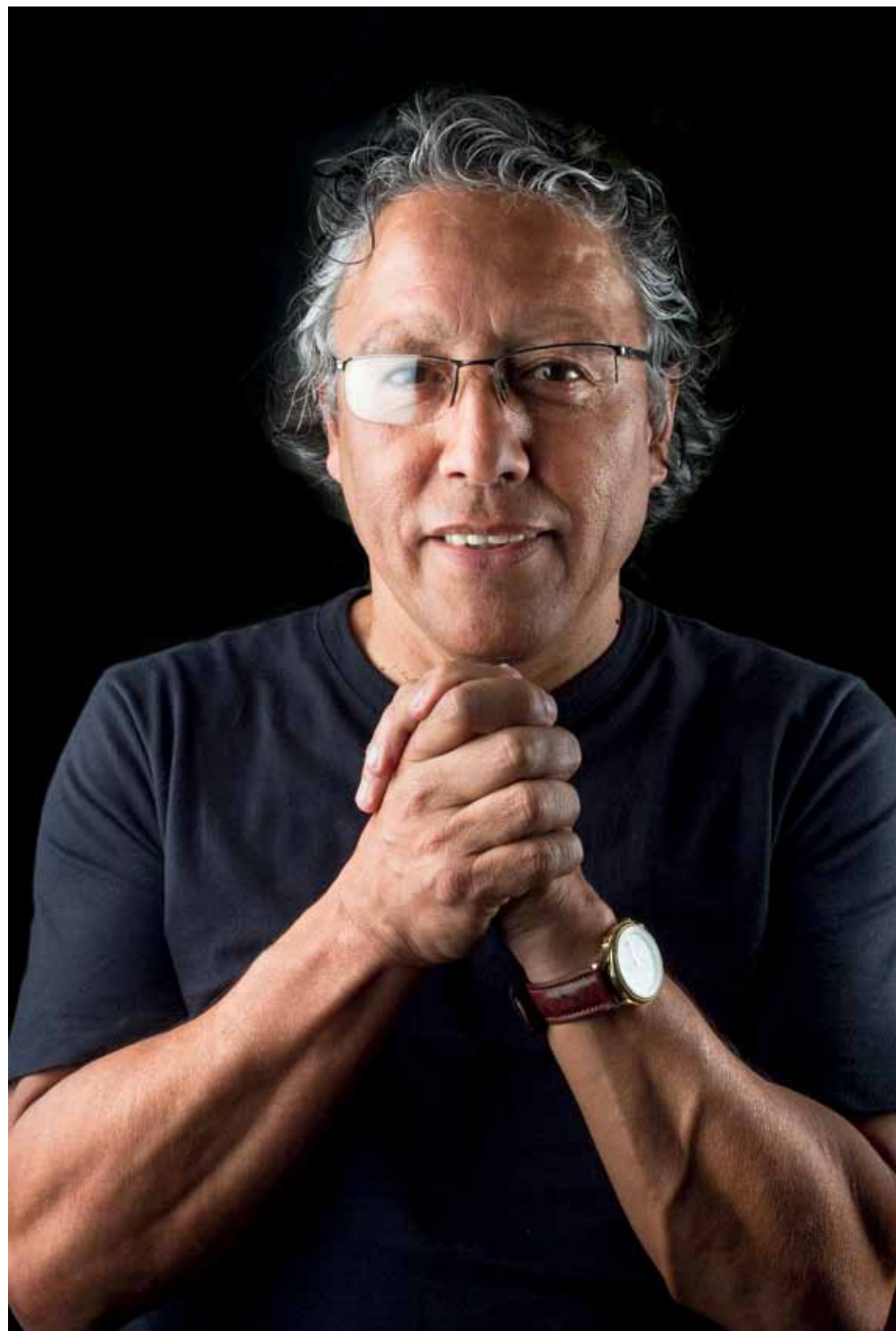
FOTOS **CHICO MAX**  
TEXTO **AMÁLIA SAFATLE**

**Dignidade, beleza, respeito,** autoconfiança. Como uma espécie de ação afirmativa, este ensaio de Chico Max combate a forma tantas vezes humilhante e degradante com que os imigrantes são tratados. O fotógrafo captou os retratos na Missão Paz, um centro de acolhimento de migrantes, imigrantes e refugiados em São Paulo ([missaospaz.org](http://missaospaz.org)). Max conta que praticamente não houve produção: as pessoas foram fotografadas exatamente como se encontravam naquele instante.

Em fevereiro, o ensaio deve ser exposto na Universidade de Coimbra, em Portugal. Em janeiro, a exposição ganhou a Estação da Luz, na capital paulistana. Vitalem, Miguel, Ndeye, Badmus, Eduardo, Emmanuel, João, Mireille, Eloim, Yusia, Yara e outros retratados puderam ser vistos no turbilhão de gente, integrados entre os passageiros deste mundo cheio de catracas.



Vitalem, do Haiti



Miguel, do Chile



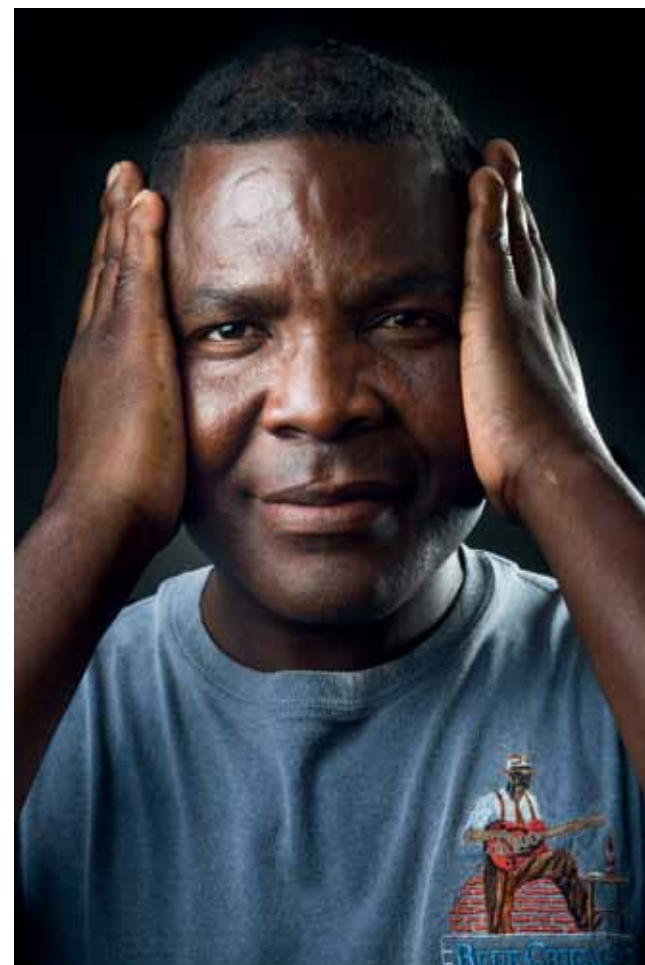
Ndeye, do Senegal



**Badmus, da Nigéria**



**Eduardo, da Venezuela**



**Emmanuel, de Camarões**



**João, de Angola**





Mireille e Eloim, do Congo



Yusia e Yara, da Síria

# Que lugar é este?

POR MAGALI CABRAL FOTO DAVID SWIFT / FLICKR CREATIVE COMMONS

A intolerância nasce em nós quando deixamos de ver na diversidade social o potencial de gerar conflitos produtivos e de construir novos mundos

**B**rasileiras e brasileiros perderam a cordialidade. Talvez a reencontrem, talvez não a queiram mais, talvez esse atributo que lhes conferiram não anule o lado agressivo e reativo de quem age “pelo coração”. Seja qual for a interpretação, o fato é que “intolerância” é a palavra do momento no País. Coincidentemente ou não, a sociedade vive um momento raro de luta pelo direito de expressar seus anseios e insatisfações em praças públicas ou nas redes sociais.

Nunca tantos grupos minoritários – de raça, gênero, homoafetividade, classe, cultura, região – se organizaram ao mesmo tempo para buscar direitos e reconhecimento. Nunca tantos falaram tanto e a um só tempo. Claro, há as forças contrárias, o que é natural. E, em alguns casos, assustador.

Entre as pessoas que estão pensando o momento atual há um certo consenso de que o mais provável é que todo esse mal-estar seja fruto da emergência de movimentos que, juntos, parecem ser o florescer de uma diversidade social, racial, estética, ética, sexual que estava contida (veja reportagem à pág 42).

Na visão do professor titular em Psicanálise e Psicopatologia do Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Christian Dunker, que acaba de lançar o livro *Mal-estar*,

*Sufrimento e Sintoma*, pela editora Boitempo, há de fato um desafio ao estado de normalidade, ou à “normalopatia”, termo que usa para definir o excesso de adaptação ao mundo tal como ele se apresenta.

“Parece que chegamos a uma espécie de ponto de esgotamento. De um lado, os menos privilegiados desistem da ideia de jogar o jogo e, para serem reconhecidos, partem para a insubmissão, como vimos nas passeatas e na ocupação de escolas. Do outro lado, os donos do poder não conseguem gerir acordos mínimos para distribuição e partilha do poder”, analisa Dunker.

Para explicar como nos deixamos levar para esse estado de “normalopatia”, Dunker recorre aos condomínios residenciais, o empreendimento imobiliário símbolo máximo do baixo teor de diversidade e do empobrecimento das relações sociais.

A razão de ser dos condomínios, sonho de consumo das classes ascendentes dos anos 1970 e 1980, é justamente a segregação e a exclusão. Foi lá dentro que, ao longo dos últimos 40 anos, se consolidou uma nova maneira de relação com empregados. Eles, que até então eram uma espécie de “membros da família”, passaram a vestir uniformes e tornaram-se impessoalizados e invisibilizados.

“A vida corre pacificamente dentro desses pequenos cosmos artificiais até o momento



# A filosofia africana é mais próxima da realidade, pois reconhece uma dimensão boa e outra má nas pessoas

que seus habitantes têm de lidar com a problemática do retorno ao espaço público, agora em transformação”, afirma o psicanalista. É um retorno a uma diversidade a que os “condôminos” não estão mais habituados e cuja reação aparece em manifestações de agressividade no trânsito, no descontentamento com a linha de metrô que vai passar na porta de sua casa, com a ciclovía que atrapalha o fluxo dos carros, com a paisagem que vai se estragar etc.

Do ponto de vista da psicanálise, quando não se tem o equipamento simbólico, isto é, quando não se tem o entendimento de que conflitos são produtivos, a diversidade aparece como ameaça. “Faz muito tempo que estamos suprimindo a diversidade produtiva. São muitas gerações que não receberam uma educação para olhar o conflito como uma situação interessante, como um motor do processo transformativo e da invenção de outros mundos”, analisa Dunker.

O custo desse estilo de vida condominial e controlado, como mostraram os filmes → *Alphaville*, *Admirável Mundo Novo* e *Blade Runner* nas décadas de 1960 a 1980, é o extermínio daquele que seria diferente. “Cria-se numa espécie de curva de redução de diversidade, que se parece com a suspensão de um acordo provisório, e isso é um convite à violência. O condomínio, no fundo, é uma máquina de produção de intolerância a longo prazo”, conclui.

## A ORIGEM

O diagnóstico de Christian Dunker explica o cenário atual, principalmente das metrópoles brasileiras e das redes sociais. No entanto, sentimentos maus, como racismo, preconceito, misoginia e outras manifestações de ódio que hoje parecem mais frequentes, sempre rondaram a humanidade. Então, em um âmbito subjetivo, o que levaria um indivíduo

a se sentir superior a outro? Para o professor de Direito Constitucional na Universidade Presbiteriana Mackenzie e pesquisador sobre direito de minorias, Adilson José Moreira, o sentimento de superioridade tem origem nas relações de poder. Como não é possível estabelecer relações duradouras de dominação simplesmente a partir da força militar ou econômica, é preciso persuadir a sociedade de que todas as posições hierárquicas são justificáveis, corretas e adequadas.

Segundo ele, durante a maior parte da história, as religiões têm sido o principal instrumento de legitimação da dominação de uns sobre os outros. “A escravidão africana, por exemplo, foi largamente justificada com base no Cristianismo. A dominação das mulheres pelos homens também perdurou em razão de valores religiosos, tanto do Cristianismo como do Islamismo”, relata.

Ou seja, para que a estratégia de dominação prevalecesse sem grandes conflitos, foi necessário que os negros, as mulheres e outros grupos minoritários acreditassem que as regras de superioridade de uns sobre outros correspondiam à vontade divina, ou estavam inscritas na natureza.

Nos estudos sobre a origem do racismo e do preconceito, os consensos apontam para esquemas mentais que se instalam em conformidade com estímulos recebidos na vida em sociedade. “É importante deixar claro que esses esquemas mentais são processos cognitivos e não fenômenos psicológicos”, alerta o pesquisador do Mackenzie.

“As pessoas desenvolvem percepções específicas a respeito de indivíduos que possuem uma determinada característica [raça, nacionalidade, gênero, classe social etc.], em consonância com valores que circulam dentro da sociedade.” Quanto maior o poder político e econômico, maior a capacidade para criar esses sentidos sociais que permitem a construção do outro como um ser diferente. E a partir daí se desenvolvem as relações assimétricas de poder (*mais em Olha Isso! à pág. 8*)

A maioria das pessoas não está ciente o tempo todo desses esquemas mentais, ou dessas assimetrias de poder. Especialmente quando são do sexo masculino e de classe média alta. Para exemplificar, Moreira relata o caso recente de um jornalista canadense

branco e bem-vestido que, de posse de toda a documentação necessária, não encontrou nenhuma resistência para cruzar a fronteira dos Estados Unidos, como era de se esperar.

Ele poderia não ter se dado conta de que recebera um tratamento privilegiado das autoridades alfandegárias, se seus colegas de trabalho, um deles negro e o outro indiano, apesar de portarem documentação idêntica para entrar naquele país, não tivessem sido retidos para uma averiguação mais detalhada. O episódio ilustra que uma pessoa que não passa por humilhações cotidianas acaba não enxergando essas relações de poder e de dominação presentes no dia a dia.

A explicação de que a intolerância também costuma ser mais aguda em sociedades em crise econômica é aceita pela psicóloga social → *Maria Aparecida Bento*, integrante da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia para o tema das relações sociais. Mulheres disputam cargos e salários em um mercado cada vez menos dominado pelos homens. Pessoas negras ascendem profissionalmente a partir de um conjunto de ações afirmativas em vigência, como as cotas raciais em universidades. “Tem um caldo bem complicado aí”, avalia.

“De um lado, há o surgimento de um debate social e uma maior visibilidade dos grupos considerados diferentes em relação ao padrão [Bento usa o termo ‘padrão’ para se referir ao homem branco], como os dos negros, das feministas, dos gays e lésbicas, o que já incomoda muito. De outro, a crise econômica acirrando a intolerância para com pessoas que não são parte do cenário eurocêntrico”, afirma.

Guardadas as proporções, os ingredientes desse “caldo” remetem ao período que antecedeu o nazismo na Alemanha. “Havia uma sociedade em crise de trabalho, com péssima autoestima e o judeu surgiu como aquele ser não tão humano e que deveria desaparecer, pois roubava empregos e mexia com o dinheiro da sociedade”, descreve. E aproveita para citar Freud, contemporâneo da ascensão do regime nazista, e que também contribuiu com o tema da intolerância em sua obra *Narcisismo das Pequenas Diferenças*.

Ali, o psicanalista austríaco afirma que o maior desafio do ser humano será atender ao clamor “amai-vos uns aos outros” de Jesus

Cristo. “A dificuldade é que as pessoas amam muito a si mesmas e ao que se parece consigo. Elas demonstram muito mais presteza em rejeitar e odiar aquele que é diferente ou que pensa diferente”, diz a psicóloga.

Nesse campo dos grandes pensadores, vale também uma passagem pela filosofia. Thomas Hobbes, em *Leviatã*, diz que o ser humano é naturalmente violento, vive em uma guerra de todos contra todos e só não mata um ao outro porque há uma repressão que impede. Já Rousseau estabelece que somos inclinados à bondade e à vida pacífica, mas aprendemos a roubar e a matar em decorrência da vida em sociedade, que nos ensina a maldade. E, por fim, os empíricos como John Locke vão dizer que nascemos como uma folha de papel em branco e aquilo que será escrito dependerá exclusivamente da nossa experiência.

As ideias de Maria Aparecida Bento não são aderentes a nenhuma dessas correntes filosóficas. Sobre Rousseau, por exemplo, acha equivocado o conceito de pessoa boa corrompida pela sociedade, uma vez que a sociedade é composta por nós mesmos.

Em sua opinião, é a filosofia das sociedades africanas a que mais se aproxima da realidade, pois reconhece, mesmo no campo da espiritualidade, uma dimensão boa e outra má em todas as pessoas. “Eu diria que a gente traz o bem e o mal e o processo civilizatório é justamente o fortalecimento das negociações que você faz consigo mesma para que prevaleça a ética nas relações.”

## O FUTURO

Sobre o futuro, a psicóloga não está entre as pessoas mais otimistas. Sugere que prestemos atenção aos sinais que aparecem agora e o entendamos como a um quebra-cabeça. O filme → *O Ovo da Serpente* é um marco do cinema porque mostra que os sinais do nazismo — a justiça com as próprias mãos, a injustiça contra os estrangeiros e grupos não arianos — já estavam todos lá antes que o regime se estabelecesse, mas ninguém quis enxergar.

“Acho que temos muitos sinais hoje que também ninguém quer enxergar, por exemplo na maneira truculenta como a polícia age contra os jovens negros, na maneira como os meios de comunicação legitimam essas ações, nas frequentes chacinas, nos esforços

Alphaville – filme francês de 1965, dirigido por Jean-Luc Godard; Admirável Mundo Novo – filme de 1980 produzido pela BBC e baseado no livro homônimo de Aldous Huxley; Blade Runner – filme de ficção científica de 1982 dirigido por Ridley Scott

Em outubro passado a revista britânica *The Economist* a incluiu entre as 50 personalidades do mundo que mais defendem a diversidade

Filme de 1977 dirigido pelo sueco Ingmar Bergman

## Na luta pela igualdade racial, o Brasil começa a ficar à frente dos EUA e sua política *color blindness*

pelo rearmamento... São todos sinais característicos de uma sociedade autoritária”, aponta.

Embora também demonstre indignação com o tratamento desigual conferido aos negros, Adilson Moreira é mais otimista em relação ao futuro no que diz respeito às questões raciais. Ele comemora, por exemplo, o fato de as instâncias públicas federais e locais, no âmbito legislativo, executivo e judiciário, terem abandonado de vez o discurso da → **democracia racial**, atendendo a um dos objetivos do Programa Nacional de Direitos Humanos, que estabelece o objetivo da igualdade racial. Esse objetivo foi criado nos anos 1990, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, que reconheceu o racismo como um problema endêmico do Brasil e deu início a implementação de ações afirmativas no setor público e universidades.

Os governos seguintes, de Lula e Dilma Rousseff, deram continuidade e incentivaram o Programa e as ações afirmativas. “Várias casas legislativas municipais e estaduais, além do próprio Congresso Nacional, alcançaram um nível mínimo de justiça racial”, diz.

Moreira crê que na luta pela igualdade racial e esse cenário coloca o Brasil à frente dos EUA, que, nos últimos 40 anos, desenvolveram uma ideologia social chamada *color blindness* com os mesmos pressupostos da democracia racial. Hoje prevalece o conceito, inclusive na Suprema Corte, de que os EUA são um país construído e composto de minorias, entre as quais a dos italianos, a dos negros, a dos japoneses, a dos chineses etc., e que, por isso, um grupo não deve receber tratamento diferenciado.

Para Moreira, eles compararam cerca de 400 anos de escravidão e mais uns 100 de se-

gregação às intempéries pelas quais passaram os imigrantes do país. “Creio que essa política deverá pôr fim às ações afirmativas de raça naquele país”, prevê.

Já a preocupação de Christian Dunker é com a ausência de um “futuro desejante” que nos mostre onde colocar as nossas “fichas”. Haveria no País uma carência de novos discursos, de artistas e de políticos de vanguarda para promover, como no passado, o encontro da estética com a política, com a música e com as culturas regionais. “Essa falta é apavorante!”, exclama. “Abre espaço para o pensamento conservador entrar na pauta do comportamento.”

Entretanto, não parece haver uma organização premeditada para dar voz aos movimentos conservadores. O que há, segundo Dunker, é uma escassez de novas pautas transformadoras, como nos anos 1960 e 1970, e isso engessa e polariza as discussões, além de nos impedir de inventar novos sonhos, novos horizontes de transformação. “O nosso déficit é a nossa demissão com o futuro.”

É possível que essa “demissão” seja alimentada justamente pela falta de diversidade. Afinal, quantas pessoas deixam de entrar em cena por falta de oportunidade.

É uma ideia totalmente aceita, a de que a diversidade é benéfica, enriquece os processos, traz resiliência e até mesmo proporciona maior produtividade para as empresas.

Segundo a jornalista Bárbara Soalheiro, criadora da → **Mesa&Cadeira**, a melhor explicação sobre por que a diversidade importa foi feita por Matt Mullenweg, criador do WordPress, uma das mais populares plataformas de publicação para blogs e sites: “Quanto mais diferenças ao seu redor, mais rápido você vai enxergar o que de fato está construindo para o mundo.

As conversas e motivações de sua empresa serão mais sobre o que importa e menos sobre o que te importa”. Para a empresária, o futuro do trabalho é distribuído. “E cheio de mórmons. E de mulheres. E de negros. E de muçulmanos...”, disse ela em texto publicado na plataforma Projeto Draft. [vz](#)

Veja na edição on-line a entrevista completa com Christian Dunker

Denota a ideia de uma sociedade sem racismo

Empresa criada para ajudar profissionais do mercado a resolver dilemas estratégicos

Pesquisa recente do IBGE informa que homens negros ganham 50% menos que homens brancos; e mulheres negras, 75% menos que homens brancos



## Agroflorestas, exemplo de diversidade

Essa inteligente combinação de agricultura com manejo florestal faz da riqueza biológica e cultural um contraponto a visões e modelos hegemônicos de desenvolvimento

Quem acompanha as discussões sobre sustentabilidade sabe que não faltam soluções que respondam concretamente aos desafios globais evidenciados desde a Eco 92 até a COP 21. E que a nossa maior dificuldade está em desfazer os laços que provocam nossa própria destruição – formados por sistemas de poder que controlam não apenas dinâmicas políticas e econômicas, mas nossos hábitos e crenças.

Um exemplo desses laços está na monocultura intensiva e em escala com uso abusivo de pesticidas, modelo que aniquila a diversidade natural e humana, e intensifica a mudança do clima e a concentração de riquezas. No entanto, a monocultura ainda é percebida como único caminho para atender aos desafios econômicos e de segurança alimentar.

Em contraposição, proliferam pelo País movimentos que desfazem esses laços. O crescimento do consumo consciente, da alimentação orgânica e do comércio justo, por exemplo, impulsiona práticas que vão desde o agroextrativismo até a agricultura urbana. Surgem oásis de sociobiodiversidade que resistem ao modelo hegemônico e oferecem a possibilidade de sermos sustentáveis “da boca para dentro”.

Existe ainda um movimento com especial capacidade de reverter essa narrativa hegemônica: são as agroflorestas, que transformam terras arrasadas em florestas altamente diversificadas, com reconhecida eficiência produtiva, e provedoras de incontáveis benefícios sociais e ambientais.

Uma referência nesse movimento é a Fazenda Olhos d'Água, em Piraí do Norte, na Bahia, que transformou um pasto improdutivo em uma exuberante floresta com alta produtividade. O pesquisador Ernst Götsch ali desenvolveu um modo de observação direta dos ciclos da natureza, utilizando a ciência e a sabedoria



prática da agricultura familiar para criar recursos, em vez de explorá-los.

Há cerca de 20 anos, estudantes de Agronomia entraram em contato com essa experiência, que rompia com alguns dos paradigmas ensinados na universidade. Perceberam que por trás daquela experiência havia uma inteligente combinação de práticas florestais e agrícolas, com princípios e técnicas que poderiam ser apropriados e difundidos.

A partir daí, cursos e mutirões agroflorestais espalharam-se pelo País e diversos produtores familiares e fazendas passaram a aderir ao sistema. Os resultados têm sido impressionantes: florestas construídas em campos devastados, com nascentes d'água rebrotando, fauna e flora convivendo harmonicamente com alta produtividade de alimentos e outros derivados. Basta “dar um google” e serão encontrados muitos vídeos e artigos sobre o tema.

A diversidade nessas agroflorestas é de altíssima intensidade: não apenas as diferentes plantas, mas os insetos, animais e fungos são incluídos como parte do sistema produtivo. Ao permitir a coexistência entre diferentes seres, chega-se em poucos anos a uma produção abundante e independente de insumos químicos e agrotóxicos.

O “grande segredo” está no manejo por meio de uma prática intensiva de podas, que são transformadas em adubo para garantir a biodiversidade no nível

do solo e sua fertilidade. A simples poda intensiva transformada em adubo é a base de uma complexa teia de relações geradoras de vida. Cada agrofloresta torna-se uma expressão única da composição dos recursos naturais, humanos e de conhecimento disponíveis por seus agricultores. Nesse ambiente radicalmente diverso, até mesmo aqueles componentes que a agricultura convencional vê como vilões se tornam aliados: a braquiária é percebida como um excelente adubo; formigas sinalizam onde há solos que precisam ser mais bem tratados; e assim por diante.

Mas... e a escala? E as demandas econômicas de nosso país? Como demonstra a experiência da Fazenda da Toca, em Itirapina (SP), a produção em escala já se torna uma realidade. E novos investimentos em tecnologias apontam para um futuro promissor.

As agroflorestas oferecem vários simbolismos para compreender o que é um modo de vida mais sustentável. Demonstrem como é possível encontrar maneiras de beneficiamento mútuo entre os diferentes e ensinam a depender menos de insumos externos para o nosso bem-estar. A prática das podas inspira-nos a identificar tudo que é excedente e como circular esses recursos para nutrir uma vida renovada e abundante.

Nosso modo de vida social é um reflexo direto da nossa relação com a natureza. Somente quem vê formigas e gafanhotos como vilões que precisam ser exterminados consegue colocar índios e defensores do meio ambiente na mesma categoria. Rompendo com o paradigma da escassez, o movimento das agroflorestas evidencia que todos temos a ganhar se superarmos os preconceitos entre os diferentes e soubermos tratar adequadamente aquilo que existe em excesso em nós e entre nós.

Para saber mais: [agendagotsch.com](http://agendagotsch.com)



## Mudar para continuar vivo

Para seguir como um dos mais legítimos mediadores da esfera pública, o jornalismo precisa abraçar uma necessidade tipicamente pós-moderna

**A**s 18h30 do dia 13 de novembro de 2015, o jornalista francês Jerome Pugmire alertou no Twitter sobre duas explosões em sequência registradas do lado de fora do Stade de France. Ele estava cobrindo o jogo entre França e Inglaterra e foi um dos primeiros a noticiar sobre os atentados que abalaram Paris e o mundo no fim do ano passado. Neste primeiro texto de 2016, gostaria de propor uma reflexão sobre um jornalismo capaz de mapear tuitos como o de Jerome e chegar à conclusão de que haveria algo sério acontecendo.

E aqui não se trata da rapidez em buscar uma das primeiras informações sobre os atentados em Paris. Ou melhor, até interessa, mas como resultado de uma prática profissional que funciona como uma espécie de resposta a uma concepção de crise vivida pelo jornalismo no contexto da sociedade em rede. Uma crise que pode ser discutida de várias formas. Uma delas é a convivência entre jornalismo e público – relação irreversível e cada vez mais intensa.

A ascensão e consolidação da internet social explicam a intensidade e a irreversibilidade desse convívio. Em um cenário em que cada vez mais gente tem voz, é natural que o discurso jornalístico seja questionado por outras formas de apropriação da realidade. O resultado é uma coexistência tensa, embora simbiótica, promissora, mas difícil.

Essa dualidade reflete-se na capacidade de resposta do jornalismo. Pode-se continuar apostando em um jornalismo que funciona como se fizéssemos biscoitos em forminhas velhas, encaixando visões sobre os acontecimentos nos repertórios tradicionais dos gêneros e seus estereótipos. Ou podemos investir em um jornalismo capaz de encontrar o tuíte do Jerome e logo entender sua importância porque está conectado ao público e entende suas necessidades.

Em um relatório sobre o futuro do jornalismo publicado em 2015, o Reuters Institute for the Study of Journalism destacou o contraste entre o jornalismo *top-down* e o jornalismo *bottom-up*. Nesse contexto, a objetividade compete com a inclusão, o jornalismo deixa de ser um processo solitário em sua autonomia e se torna mais colaborativo, com interação da audiência em um contexto de imediatez e de publicação 24 por 7. O jornalismo está respondendo a esse contexto, mas trata-se de um contexto desconfortável. Um contexto de crise.

Tal crise pode ser explicada pela citada simbiose entre jornalismo e fatores externos, ou seja, do meio em que ele está inserido, e pela capacidade auto-organizacional diretamente proporcional à quantidade de informações que ele troca com esse meio. Essas trocas fazem com que o jornalismo e o próprio meio mudem, se modifiquem. E, quanto maior for a troca, mais informação será gerada resultante do esforço auto-organizacional realizado pelo jornalismo.

Talvez essa perspectiva faça sentido quando pensamos na quantidade de coisas que aconteceram com o jornalismo nos últimos dois, três anos. Ou a impressão de que em 2013, 2014, e 2015 vivemos uns dez anos é só minha? No contexto da sociedade em rede e da internet social, o jornalismo estaria muito mais exposto a essas trocas, o que faz com que tenha que mudar para continuar vivo.

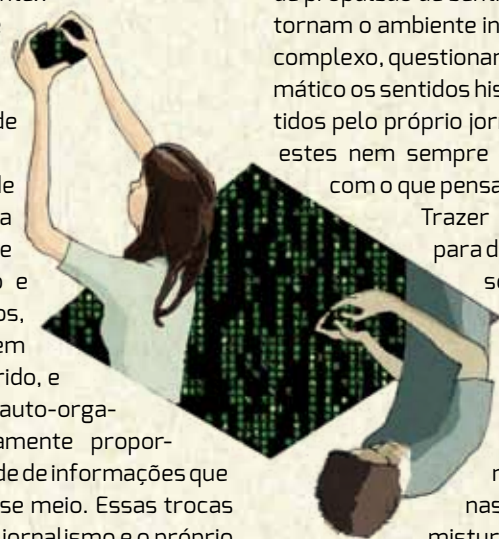
Em outras palavras, o jornalismo precisa rever-se, de modo a evitar a destruição a partir da desorganização total.

Isso significa estar ainda mais aberto em seus processos, fazendo com que sua prática dê mais complexidade aos acontecimentos que narra. Na prática, isso talvez signifique rever alguns dos seus processos historicamente constituídos, superando o modelo clássico, de modo a manter a legitimidade de mediador da esfera pública.

Nos termos do próprio jornalismo, trata-se de preparar seus processos para um ambiente de múltiplos pontos de propulsão de sentidos. Sentidos que tornam o ambiente informacional mais complexo, questionando de modo automático os sentidos historicamente emitidos pelo próprio jornalismo. Sentidos estes nem sempre em concordância com o que pensa o público.

Trazer esse contexto para dentro dos processos é o grande desafio do jornalismo em 2016. Um fazer jornalístico que se proponha a se dissolver no meio, a mergulhar nas redes sociais se misturando com o público e a apostar na mediação para manter sua legitimidade como sujeito social que busca a verdade. Um jornalismo que tente melhorar o engajamento entre as pessoas, dando chances para que a gente se conheça melhor e, dessa forma, se entenda mais.

Com tal abertura de fronteiras, fica mais difícil definir o que é jornalismo, e mais difícil ainda fazer jornalismo. Quando dá certo, ainda é possível ser um dos primeiros a noticiar um grande evento, como foram os atos de terrorismo em Paris. Trata-se, no fim, de abraçar uma necessidade tipicamente pós-moderna: deixar de lado a estabilidade do ser para buscar alguma identidade na volatilidade do tornar-se.



## Pelourinho americano

A discriminação racial, que Trump usa para alimentar sua campanha, já é considerada um grande problema por nada menos que metade da população dos Estados Unidos

**A** Guerra Civil Americana terminou há 150 anos, mas um de seus principais pivôs, a discriminação contra negros, continua viva e forte nas entranhas dos Estados Unidos. Pesquisa de opinião nacional conduzida em novembro pela CNN e a Kaiser Family Foundation indicou que metade dos americanos considera o racismo um “grande problema” – há quatro anos, essa era a opinião de apenas um quarto dos entrevistados.

Essa percepção deriva dos inúmeros casos de violência contra negros, seja nas ações policiais, nos *campi* universitários, seja nos cultos religiosos. Em 2015, pelo menos 270 negros morreram pelas mãos da polícia. Destes, 69 estavam desarmados e muitos não tinham antecedentes criminais.

A violência policial levou à criação do movimento Black Lives Matter (Vidas de Negros são Importantes), uma iniciativa pró direitos humanos como há muito não se via no país. O grupo já conta com algumas vitórias, como a demissão dos chefes de polícia de duas cidades importantes, Chicago e Baltimore.

Conflitos raciais também pipocaram em 51 universidades americanas, até mesmo na prestigiosa Universidade Yale, onde garotas negras teriam sido barradas na entrada de uma festa de um grêmio estudantil.

Esses conflitos levaram à queda do reitor da Universidade do Missouri e a reivindicações de mais diversidade nos programas de doutorado e no corpo docente, e o fim das exposições de racismo.

“As pessoas achavam que se fossem à universidade, se vestissem de uma determinada forma e tivessem um certo grau de educação, seriam poupadas”, reflete Erika Totten, uma das líderes do Black Lives Matter. “Mas agora há uma crescente percepção de que não é o caso. *Campi* universitários não protegem da discriminação.” É uma reflexão

de especial interesse para nós brasileiros, que vira e mexe propagamos a crença de que, no Brasil, o preconceito é contra pobres, e não negros.

Templos religiosos também foram alvo de agressões racistas. Num episódio icônico de 2015, um jovem de 21 anos, Dylann Roof, matou nove pessoas de uma igreja batista frequentada por negros na Carolina do Sul, um dos estados em que a cultura escravocrata demora a arrefecer.

O atentado traz à memória os muitos incêndios contra igrejas que desencadearam o movimento de direitos civis nos Estados Unidos, nos anos 1950, 1960 e 1970. Roof confessou que sua motivação era fazer uma loucura para “iniciar uma guerra racial”. Ilusão sua: nos EUA esse conflito nunca teve trégua.

A discriminação racial anda tão forte que tem até representação na campanha presidencial. O bilionário Donald Trump, favorito à indicação do Partido Republicano, que já havia equiparado imigrantes mexicanos a traficantes e estupradores e proposto impedir a entrada de muçulmanos nos Estados Unidos, defendeu seus correligionários que expulsaram um militante do movimento Black Lives Matter de um de seus comícios.

Em seu costumeiro tom de bravata, Trump argumentou que o ativista mereceu apanhar. Atitudes como essas lhe

valeram o apoio de dirigentes de grupos supremacistas brancos, como a Ku Klux Klan, que aproveitaram a oportunidade para sair das sombras onde operam. Há dois meses, quando meu marido viajava pelo interior do estado de Washington, na costa do Pacífico, viu-se em meio a uma convenção de supremacistas arianos, todos portando tatuagens de suásticas. Circulavam tranquilamente, como que integrados à paisagem.

Nesse contexto, é fácil entender o alvoroço causado por Rachel Dolezal, uma aguerrida militante do movimento negro. Durante uma década, ela usou de expedientes para disfarçar o cabelo alourado e a pele clara, que denunciavam suas origens tchecas, suecas e alemãs. Publicou nas redes sociais fotos ao lado de um senhor negro, indicando que ele era seu pai. Fez discursos inflamados sobre a discriminação que sentia na pele.

Mas sua história desmoronou quando sua mãe veio a público, documentos em punho, para “tirar a filha do armário”. O caso gerou comoção nas redes sociais. Dolezal levou bordoadas de todos os lados. Seus críticos argumentam que, se ela abandonasse o creme autobronzeante e as tranças rastafári, poderia circular pelas ruas dos Estados Unidos despreocupada. Mas, como não cresceu com medo, não teria como entender ou merecer a identidade negra.



# Mitos fundadores

POR FÁBIO RODRIGUES FOTO GABRIEL CABRAL / SELVASP

Embora desgastadas pelo tempo, as narrativas sobre um Brasil manso e acolhedor com as diferenças sobrevivem e são invocadas para maquiar a secular dificuldade em conviver com o diverso



# Nosso falso pacifismo foi usado como elemento de unificação nacional, diz Leandro Karnal

Subgênero do samba caracterizado por letras ufanistas. Foi usado como propaganda nacionalista pelo Estado Novo e governos subsequentes

Composta em 1939, a emblemática *Aquarela do Brasil*, que se tornaria a matriz para o **samba-exaltação**, representa, logo de cara, o Brasil como um “mulato inzoneiro”. Ainda que fique meio escondida por trás do vocabulário pouco acessível de Ary Barroso, há – nesse verso e nessa canção – uma concepção precisa de brasilidade destilada em conformidade com conceitos que haviam entrado no campo de ideias poucos anos antes. Especialmente o de democracia racial desenvolvido com base em estudos de Gilberto Freyre em *Casa-Grande & Senzala* e o de homem cordial introduzido por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*.

Nessa “terra de samba e pandeiro” composta por Barroso e imaginada por outros tantos, há a promessa de uma integração harmoniosa dos diferentes pela sentimentalidade. É justo lembrar que, na década de 1930, o mundo assistia à ascensão do nazifascismo e a Europa marchava para a Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto, não é difícil entender por que o Brasil parecia tão bem ajustado. Há quem ainda defenda essa imagem.

No fim do ano passado, o sociólogo italiano Domenico De Masi lançou *2025 – Caminhos da Cultura no Brasil*, no qual ele, pessoalmente, transpõe uma visão bastante otimista em relação à capacidade dos brasileiros de virem a concretizar ao menos em parte essas promessas.

Contudo, para o momento, essa integração não só falhou em entregar o prometido como há sinais de que parte do Brasil prefere tratar suas diferenças na base do – para usar outra metáfora musical – “tiro, porrada e bomba”.

Para o historiador e professor da Unicamp, Leandro Karnal, a semente dessa

autoimagem açucarada que cultivamos de nós mesmos começou a ser regada nos idos do Império. “Trata-se de um esforço do Estado que precisou pacificar um país que estava tomado por guerras civis no período da **Regência**”, analisa. Segundo Karnal, durante quase 60 anos de reinado, Dom Pedro II investiu no imaginário de um Brasil estável cercado por países hispano-americanos de temperamento mais esquentado.

Mesmo depois da Proclamação da República, esse imaginário continuou alimentado pelo nacionalismo. Essa é a opinião do sociólogo e pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Almir de Oliveira Júnior. “O nacionalismo sufocava qualquer tema percebido como divisivo. Questões como a racial eram colocadas como menores em relação à construção de uma identidade nacional”, resume.

Foi dessa forma que qualquer sinal de desarmonia era logo justificado como algo restrito aos grotões mais profundos e primitivos do País ou derivado de causas externas,

alheias a nosso temperamento. “Nossa violência passou a ser atribuída a ‘doutrinas estranhas’. Poderia até dizer que o nosso falso pacifismo tornou-se um elemento de unidade nacional”, completa Leandro Karnal.

## SANTOS DO PAU OCO

“Falso”, porque a história do Brasil é pró-diga em episódios de violência quase inimagináveis. Incluídos aí, os massacres promovidos pelo Exército na **Guerra do Paraguai** e em **Canudos**, ou, num exemplo mais modesto, mas não menos simbólico, na repressão ao **cangaço**, que teve seu episódio mais marcante na chacina – e decapitação – do bando de Lampião em 1938. Em uma palestra de 2012 adequadamente intitulada “O Ódio no Brasil”, o próprio Karnal lista esses e tantos outros exemplos que contradizem essa nossa autoimagem pacífica.

Mesmo a nossa tardia Abolição da Escravatura – o Brasil foi o último país das Américas a libertar seus escravos, no ano de 1888 – não foi resolvida da forma ordeira como as aulas do Ensino Médio fizeram parecer.

Em seu livro *Flores, Votos e Balas*, a presidente do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), Angela Alonso, resgatou a história dos movimentos civis que precipitaram a Lei Áurea. “No segundo semestre de 1887, o País passou perto de um confronto aberto entre abolicionistas e escravistas”, explica.

A temperatura já vinha subindo à medida que a luta abolicionista adotava a desobediência civil como tática, ao promover fugas de escravos. Mas o caldo só entornou mesmo depois que o Exército passou a apoiar a causa. “Foi quando começou a desistência em massa dos escravistas”, diz Alonso.

Sem esse “incentivo”, é bem provável que a escravidão persistisse por mais tempo. “Mesmo no final, o escravismo ainda era

rentável. Há cálculos indicando que a dinâmica econômica, deixada por conta própria, precisaria de décadas para levar à abolição”, completa. O fato de a Coroa ter ignorado solenemente propostas que garantiam um salário mínimo e a concessão de terras públicas aos ex-escravos indicava que o desejo de promover a igualdade era limitado.

Apesar disso, a mistificação plantada no império conseguiu cravar raízes profundas em nossa identidade. A ponto de a historiografia brasileira, em sua versão oficial, ter desenvolvido verdadeira fobia ao uso da expressão guerra civil para descrever qualquer um dos – sangrentos – conflitos armados ocorridos por aqui.

“Nós vivemos ‘agitações’, nunca guerra civil. Mas, se guerra civil é a entre pessoas do mesmo país, temos vivido sistematicamente episódios do tipo (...) há quem diga que a periferia das grandes cidades é uma guerra civil em curso”, avalia Karnal.

O trágico é que a fala do entrevistado nem chega a ser uma hipérbole. Na edição mais recente do *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, o Brasil registrou quase 54,5 mil assassinatos em 2014.

“É mais do que morrem em guerras!”, indigna-se o coordenador de estudos da violência da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) e idealizador do Mapa da Violência, Julio Jacobo Waiselfisz. “De acordo com a Geneva Declaration Secretariat, em 2007 morreu mais gente assassinada aqui do que nos 40 maiores conflitos armados aquele ano”, completa.

Em uma comparação macabra, a quantidade de mortes violentas no Brasil supera a dos atentados de novembro em Paris. E por

Embora Gilberto Freyre não acreditasse que o Brasil fosse isento do racismo, ele defendia que o nosso “é o país onde há uma maior aproximação à democracia racial, quer seja no presente, ou no passado humano”

Travada pelo Paraguai de um lado e Argentina, Brasil e Uruguai do outro entre 1864 e 1870, foi o maior conflito armado na América do Sul. Estima-se que 75% da população paraguaia tenha sido morta

A repressão estatal ao culto liderado por Antônio Conselheiro no arraial de Canudos custou a vida de 25 mil brasileiros entre conselheiristas e soldados do Exército

Forma de banditismo típica do interior do Nordeste que persistiu até o fim da década de 1930, na qual grupos de homens armados vagavam pelas cidades cometendo crimes

Ouça a primeira versão, de 1939, em [goo.gl/RQesGW](http://goo.gl/RQesGW) *Beijinho no Ombro*, de Valesca Popozuda: [goo.gl/on58xn](http://goo.gl/on58xn)

Assista em [goo.gl/xOtaMb](http://goo.gl/xOtaMb) *Assista em [goo.gl/EHqAFo](http://goo.gl/EHqAFo)*  
Iniciativa que, desde 1998, mapeia a violência no Brasil. Acesse em [mapadaviolencia.org.br](http://mapadaviolencia.org.br)

## Temos aversão em assumir abertamente nossos conflitos e até em dizer um simples "não"

larga margem. Enquanto o terror vitimou 130 parisienses, 155 brasileiros são mortos todo santo dia. Só não sentimos mais o golpe porque estamos insensibilizados. “Há todo um processo de insensibilização que dá por aceito que isso é um mal necessário. Criou-se uma cultura de indiferença”, critica Jacobo.

É como se houvesse menos dificuldade em conviver com a violência em si do que em falar dela. “Mostramos uma aversão muito grande em assumir abertamente nossos conflitos. Daí nossa necessidade de perpetuar esse mito de que somos um país pacífico e muito tolerante”, garante Almir de Oliveira Júnior.

“Temos dificuldade em enunciar a violência”, concorda Karnal, que vê nisso uma das expressões de uma idiosincrasia bem nacional: a hesitação de dizer “não” abertamente. “Dizer ‘não’ nos parece deslegante. Só notei isso [quando estive] na Europa”, explica o historiador.

O “cordial” a que se refere Buarque de Holanda diz respeito ao que vem do coração, e não à gentileza e amabilidade. Trata-se da predileção dos brasileiros por relações pautadas mais na intimidade do que no formalismo. “A inimidade bem pode ser tão cordial como a amizade, visto que uma e outra nascem do coração”, esclarece o autor na 2ª edição de *Raízes do Brasil*

### EM NEGAÇÃO

É para baixo desse tapete de dito pelo não dito que varremos nossos conflitos, até os mais pronunciados. Caso de nosso histórico racismo. “Nunca houve, no Brasil, uma placa dizendo ‘for whites only’ como nos Estados Unidos ou na África do Sul. Não obstante, sempre houve espaços de interdição aos negros”, prossegue Karnal.

“O Brasil não precisa de uma lei como havia na África do Sul porque todo mundo age naturalmente. É o ‘crime perfeito’”, lamenta Lia Vainer Schucman, psicóloga que se debruça sobre a questão há mais de uma década, especialmente a respeito da construção da chamada branquitude – a supervalorização do branco sobre os não brancos – na cidade de São Paulo. “O funcionamento do racismo

brasileiro é complexo. Diferente do anglo-saxão, temos essa ideia de intimidade que nos permite manter relacionamentos, até amorosos, com negros sem deixarmos de ser racistas”, problematiza.

A forma como o brasileiro lida com o tema “raça” é tão contorcida que as discussões em torno do tema ficam girando em falso. “As pessoas acreditam que o racismo só é criado na medida em que falamos nele”, ironiza Oliveira Júnior, mencionando que esse é um argumento recorrente de opositores de ações afirmativas – na questão das cotas, por exemplo.

Para muitos, a negação do problema racial é um escudo contra verdades incômodas. “Para não se responsabilizarem, o mais fácil é confirmar a democracia racial. (...) Trabalhei com uma mulher branca casada com um negro, mãe e avó de negros, e vi que, para ela, era muito difícil falar que o Brasil é um país racista. Ela se sentia atingida”, pondera Schucman.

A psicóloga considera que a democracia racial acabou convertida em uma ideologia que permite negar a evidência e, até, experiências diretas que a contradigam. “Todos os estudos comprovam que há racismo no Brasil, os negros sofrem mais com a violência e vivem em condições piores, e mesmo assim as pessoas não acreditam. Elas mantêm a opinião de que existe democracia racial”, arremata.

O claro viés racial na violência brasileira talvez seja o aspecto mais dramático da desigualdade brasileira. “Se o Brasil fosse totalmente branco, a gente teria uma taxa de homicídios perto da dos Estados Unidos. Algo em torno de 10 mortes ao ano para cada 100 mil habitantes, mas, como de cada três assassinatos dois são de negros, o resultado sobe para os atuais 27 para cada 100 mil”, diz Oliveira Júnior, do Ipea.

Segundo Julio Jacobo, a situação está piorando. “Ao longo da última década os homicídios de brancos têm caído, enquanto os de negros vêm aumentando. Há um aprofunda-

mento na seletividade”, diz. O problema é particularmente agudo entre jovens na faixa dos 15 aos 29 anos. “O jovem negro das periferias com baixo nível de escolaridade e de inserção no mercado de trabalho forma o epicentro da mortalidade violenta”, descreve.

### QUESTÃO INDÍGENA

Os negros, é claro, não são as únicas vítimas. “Com os indígenas a violência é até

mais virulenta”, estima a pesquisadora Tânia Pacheco, coordenadora-executiva de uma iniciativa da Fundação Oswaldo Cruz (Fio-cruz) que mapeia conflitos ambientais. Dos quase 600 casos identificados, a maior parcela – 28,6% – envolve populações indígenas, mesmo que elas representem meros 0,4% da

[Acesse o estudo em goo.gl/o12db5](http://goo.gl/o12db5)

## VIOLÊNCIA DE ORIENTAÇÃO SEXUAL E GÊNERO

O Brasil é o país que mais mata gays no mundo, enquanto o número de mortes entre as mulheres tem salto impressionante

Uma contagem mantida há cerca de 35 anos pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) já documentou mais de 3 mil assassinatos de homossexuais por meio do projeto Quem a Homotransfobia Matou Hoje? ([homofobiamata.wordpress.com](http://homofobiamata.wordpress.com)). Em 2014 – último ano com dados tabulados –, foram 326 mortes. Segundo o fundador e presidente de honra do GGB, Luiz Mott, esses números colocam o Brasil no topo do nada honroso ranking dos países que mais matam gays no mundo. “Mais da metade das mortes acontece aqui. É praticamente um assassinato por dia”, informa.

Segundo Mott, o que temos visto ao longo dos últimos anos é o “crescimento chocante” dos números. A média anual de mortes que era de 127 nos mandatos de FHC – 1995 a 2002 – escalou até 310 durante os cinco anos do governo Dilma. Fruto, na opinião do entrevistado, de um processo de reação. “Quanto mais visibilidade [os homossexuais conquistam], mais os homofóbicos se radicalizam”, diz.

Também as mulheres são vítimas preferenciais. A mais recente edição do Mapa da Violência aborda justamente a violência de gênero. Em 2013 – último ano com dados oficiais – foram assassinadas 4.762 mulheres, um salto de impressionantes 252% desde 1980. Enquanto isso, o aumento populacional foi, segundo dados do IBGE, de 67% – de 118,5 milhões em 1980 para 198 milhões em 2013 – e as taxas de homicídios por 100 mil habitantes mais do que dobraram ao longo do período, de 2,3 no primeiro para 4,8 no ano da série. “A morte de mulheres se produz em âmbito doméstico, normalmente pelo não cumprimento de ‘papéis de gênero’”, analisa Jacobo.

E, se ser mulher no Brasil é perigoso, ser uma mulher negra é ainda mais. De fato, olhando apenas para os últimos anos da série – entre 2003 e 2013 –, enquanto o número de assassinatos diminuiu em 10% entre as brancas, aumentou em 54% entre as negras.

[Acesse a tese de doutorado em goo.gl/rJWYm](http://goo.gl/rJWYm)





## Os judeus são acusados de não se misturarem, já os indígenas são acusados pelo oposto

população total medida pelo IBGE. “Os indígenas estão numa posição muito frágil de poder”, concorda Schucman, para quem um dos principais complicadores nessa relação vem da forma como a identidade indígena é sistematicamente negada. “Na narrativa do preconceito, os judeus são acusados de não se misturarem; já com os índios ocorre justamente o oposto, eles são acusados de se misturarem. Os índios precisam se fantasiar para serem reconhecidos”, afirma.

A violência física é o ponto culminante num processo cuja invisibilidade está firmemente alicerçada no mito da democracia racial. “Como aqui não existe racismo, você naturaliza a pobreza do negro [e do indígena]. Aí, quando se cria uma política para minimizar essa desigualdade, dizem que vai contra a meritocracia. Enquanto isso, essa associação com a pobreza é usada para justificar a violência”, sintetiza Oliveira Júnior.

No fim, trata-se de tentar manter intacta uma determinada ordem social. “No Brasil, o racismo se mistura à demofobia. A discussão sobre política racial usa conceitos ‘positivos’ como o de meritocracia, para disfarçar o horror da divisão de espaços”, diz Karnal.

### REAÇÃO CONSERVADORA

A questão racial não é a fronteira definitiva dos preconceitos no Brasil. Por outros caminhos, nossas dificuldades de relacionamento também fazem vítimas entre mulheres e a comunidade LGBT (leia quadro à pág. 47).

Ao mesmo tempo, assistimos à ascensão de uma nova onda conservadora no plano internacional e na sociedade brasileira. “Setores cuja posição [de poder] estava sendo afetada por evoluções recentes de nossa sociedade estão reagindo. Essa reação conservadora é algo visível em nosso Legislativo, onde muitos avanços vêm sofrendo reveses”, avalia Jacobo, ao lembrar dos recentes esforços de parlamentares para afrouxar o Esta-

tuto do Desarmamento e baixar a maioria penal para 16 anos.

É um movimento que, embora não seja totalmente coeso, tende a incluir visões simpáticas aos velhos discursos nacionalistas – daqueles que também bebem na fonte onde Ary Barroso foi buscar o Brasil de sua aquarela. “Essa saudade fantasiosa da ditadura militar, da São Paulo dos anos 1950 e de outras épocas que são, obviamente, invenções da memória, disfarçam esse sentimento de querer evitar o debate. (...) O preconceituoso é, hoje, o clássico fariseu que usa a lei moral para disfarçar sua impotência, medos, ódios e denegações”, critica Karnal.

Eis que, durante a apuração desta reportagem, um menino de 2 anos chamado Vitor Pinto foi brutalmente assassinado bem na frente de sua mãe. Ambos índios do povo Kaingang que tinham ido passar uma temporada na cidade de Imbituba (SC), onde a mãe esperava ganhar algum dinheiro vendendo artesanato. Sem ter onde ficar, estavam abrigados na rodoviária da cidade quando um estranho se aproximou e simplesmente cravou uma faca no pescoço do garoto.

À polícia, o autor negou que o crime tenha sido motivado por racismo. Ainda assim, se não fosse a discriminação, a mãe de Vitor provavelmente não precisaria ter saído de sua aldeia. O acontecimento vai ao encontro da percepção de Tânia Pacheco: “Estamos vivendo em uma sociedade ensandecida, profundamente doente; na qual prevalece a visão distorcida de que temos de acabar com o outro transformando-o em algo semelhante a nós mesmos”.

No meio desse tiroteio, fica difícil não lembrar de *Querelas do Brasil*, canção na qual Aldir Blanc faz um contraponto cheio de ironia ao samba clássico de Ary Barroso: *O Brasil não merece o Brasil/O Brasil tá matando o Brasil*.

Ouça em [goo.gl/HHHa2u](http://goo.gl/HHHa2u)

## A última restinga

Capital baiana descobre um novo valor para as dunas que escaparam do avanço urbano

Quando se imagina Salvador (BA), vêm à tona referências como o mais que centenário Elevador Lacerda, de 1873, as baianas do acarajé, o ritmo dos afonxés, a imponência das igrejas barrocas e a Baía de Todos os Santos. Para além dos famosos ícones da “baianidade”, retratados por muitos de seus artistas, a primeira capital do Brasil esconde uma paisagem desconhecida pela maioria dos brasileiros e até dos soteropolitanos: o complexo de dunas e lagoas que resiste à especulação imobiliária como um dos últimos mananciais de restinga em perímetro urbano do País.

Com 600 hectares espremidos entre condomínios, o ecossistema do Parque das Dunas é chave para a regulação do microclima da cidade, ao reter o calor do sol. E também controla o impacto da salinidade do mar e o escoamento da água da chuva, o que leva a um menor risco de inundações. “Não é simplesmente um monte de areia sem utilidade a ser eliminado como algo inóspito”, adverte Jorge Santana, guardião da área com suas 12 lagoas perenes e espécies da fauna e flora só existentes ali. O empresário apostou no valor econômico da conservação e na estruturação do lugar para educação ambiental e pesquisa científica com trilhas, laboratórios, auditório e horto, que produz mudas nativas para uso na restauração das bordas litorâneas da capital.

Visitado por 48 mil pessoas em 2015, o parque municipal foi criado em 2008 dentro da Área de Proteção Ambiental das Lagoas e Dunas do Abaeté. O processo exigiu o pagamento de R\$ 200 milhões em indenizações para construtoras que já tinham loteado o lugar para projetos imobiliários, mas desanimaram da ideia após a aprovação da Lei de zoneamento urbano com normas de ocupação mais restritivas.

“Chamavam-me de maluco porque investi no apelo ambiental e na demanda acadêmica”, conta Santana, gestor da área em regime de parceria público-



-privada com a prefeitura. Em meados da década de 1990, o empreendedor comprou no local 150 mil metros quadrados da falida construtora Encol, com o objetivo de conservá-los. Foi o ponto de partida do movimento que culminou na proteção integral daquele patrimônio, reconhecido em 2014 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) como posto avançado da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

Apesar do título, ameaças rondam por lá, como é o caso de um antigo projeto de expansão do aeroporto de Salvador, vizinho às dunas. Até o momento, o refúgio mantém-se praticamente livre da interferência humana, mesmo situado na maior cidade do litoral onde o Brasil começou a ser ocupado e explorado pelos colonizadores. Na área, reduto dos antigos Tupinambá que frequentavam a Fazenda Paramaquara (“lugar difícil de andar”, na língua indígena), foram estudadas mais de 1,3 mil espécies de animais e vegetais.

Na flora, destaca-se a canela-de-ema, curiosa planta que no clima seco entra em autocombustão (devido a uma resina existente nas folhas) para quebrar a dormência dos frutos e liberar as sementes, dispersadas pelo vento. O cacto cabeça-de-frade, por sua vez, é utilizado pelas baianas de acarajé, ao lado de seus tabuleiros, para espantar

mau-olhado. “Graças às dunas ainda temos plantas para mostrar o que aprendemos com nossos pais e avós”, afirma Ulisses dos Santos, presidente da Associação Afoxé Korin Nagô.

A entidade recebeu uma área do parque para instalar um viveiro de plantas medicinais destinadas a terreiros de candomblé: do tapete-de-oxalá à espada-de-ogum, “as espécies estão ficando escassas e é necessário replantar para reduzir a dependência dos atravessadores nas feiras”, justifica Santos. O grupo iniciou o trabalho de despoluição da Lagoa do Abaeté, local sagrado das religiões afro-brasileiras, situada no entorno do parque, no bairro de Itapuã. Imortalizado por canções como *A Lenda do Abaeté*, de Dorival Caymmi, o manancial foi beneficiado pela retirada de 60 toneladas de lodo e lixo e agora a expectativa é de que os minadores voltem a produzir água.

As dunas são também frequentadas por evangélicos (cerca de 3 mil pessoas de 150 igrejas, por semana) que sobem o Monte Santo para orar. “O projeto é ordenar o acesso e minimizar o impacto ambiental”, explica o pastor Antônio Roque Soares, presidente do grupo evangélico Restaura Verde. Conciliar interesses e crenças é uma estratégia para tornar a restinga mais valorizada e, conseqüentemente, protegida.



MARCO CANÇADO



## As mil e uma páginas

Nesta edição que chega ao número 100, homenageamos um personagem que iluminou o projeto da revista em seu nascedouro, quando nem havia ainda sido batizada de PÁGINA22. No número zero da então *Adiante*, Raimundo Arruda Sobrinho, nascido em 1938, protagonizou a seção “Última” quando fazia de lar o canteiro central da Avenida Pedroso de Moraes, em bairro abastado de São Paulo.

Ancorado por 19 anos no espaço que apelidou de “Ilha”, vestindo sacos de plástico contra o frio, escrevia por todo dia mensagens nas chamadas “minipáginas”, e as entregava a quem pedisse. Na ocasião, perguntamos se ele se sentia excluído, ao que respondeu: “Nada quero. Então tenho tudo”.

Mas a vida quis ser mais generosa. O contato de uma moradora do bairro com o morador de rua e o acolhimento pelo Centro de Atenção Psicossocial permitiram que ele reencontrasse a família em Goiás e resgatasse o fio de sua história. Para nós, ele havia escrito: *O pensamento/ com seus frutos encaçados na memória,/ polui as águas/ do abstrato oceano da imaginação.* Eram os idos de 2005. Anos depois, os frutos se soltaram e as mensagens na garrafa ganharam o mar aberto. – por Amália Safatle

Quando sua empresa diz não ao trabalho infantil, muita gente pode dizer sim para sua marca.

Invista nas crianças e adolescentes do Brasil e tenha o selo de reconhecimento da Fundação Abrinq.

Seja uma Empresa Amiga da Criança.

Saiba mais pelo site [www.fundabrinq.org.br/peac](http://www.fundabrinq.org.br/peac) ou pelo telefone 11 3848 4870

Uma iniciativa:



# Baobá Fundo para a **Equidade Racial**

*Construindo uma sociedade  
mais justa passo a passo.*

ASL CHAXCHA

**No teatro. No seu trabalho. Em uma universidade.  
Basta você olhar em volta para ter a certeza: há pouquíssimos negros presentes.**

Esta é a realidade que o **Fundo Baobá quer mudar juntamente com a Fundação Kellogg**. Por isso recebeu dela o generoso desafio de captar até US\$ 25 milhões para construir o maior fundo para equidade racial da América Latina. Funciona assim: a cada R\$ 1,00 doado, a Kellogg doa mais R\$ 2,00. O objetivo é simples: **apoiar iniciativas que promovam a justiça e equidade racial no Brasil**. E assim, caminhar sempre em frente. Faça parte desta história.

**Acesse [www.baoba.org.br](http://www.baoba.org.br)  
e saiba mais sobre o nosso projeto.**



**Baobá**  
FUNDO PARA EQUIDADE RACIAL